



Revista Brasileira de

# História Militar



Ano I - N° 01  
Abril 2010



# Editorial

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.



**Imagem nesta página:**

“A BATALHA DOS GUARARAPES”, obra do pintor brasileiro Victor Meirelles, óleo sobre tela, que retrata uma das duas Batalhas de Guararapes, ocorridas em 19 de abril de 1648 e 19 de fevereiro de 1649, que marcam o fim da presença holandesa no Nordeste brasileiro. Esse quadro faz parte do acervo do Museu Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro.

Fotógrafo: Raul Lima.

[www.museuvictormeirelles.org.br](http://www.museuvictormeirelles.org.br)



Revista Brasileira de  
**História  
Militar**

historiamilitar.com.br  
ISSN 2176-6452

**Conselho Editorial**

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente	Gen. Dr. Aureliano Pinto de Moura
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches	Cel. Dr. Luiz C. Carneiro de Paula
Prof. Dra. Maria Teresa Toribio B. Lemos	CMG Prof. Ms. Francisco E. Alves de Almeida
Prof. Dra. Adriana Barreto de Souza	Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral
Prof. Dra. Cláudia Beltrão da Rosa	Prof. Ms. Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras
Prof. Dr. Cesar Campiani Maximiano	Cel. Prof. Ms. Cláudio Passos Calaza

**Editor Responsável**

Cesar Machado Domingues

**Editores Associados**

Carlos Eduardo M. Gama  
Ronaldo Lucas da Silva

**Administração e Redação**

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.000-000  
(21) 2537 6053 / 8896 7122  
e-mail: editor@historiamilitar.com.br

**Revisão e Diagramação**

Daniel Albino da Silva



# Índice

<b>A Guerra: Problemas e Desafios do campo da História Militar Brasileira.....</b>	<b>6</b>
<i>Marcos Guimarães Sanches</i>	
<b>A Batalha de Poitiers (732) por um cronista árabe anônimo.....</b>	<b>17</b>
<i>Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva</i>	
<b>A Armada de Socorro e a batalha naval de 1640.....</b>	<b>19</b>
<i>Carlos Roberto Carvalho Daróz</i>	
<b>O Império em Guerra: os Conselhos Superiores e a gestão dos conflitos contra os holandeses no pós- Restauração (1640-1648).....</b>	<b>26</b>
<i>Marcello José Gomes Loureiro</i>	
<b>Militarização e Nação: o serviço militar obrigatório na Argentina e no Brasil em uma perspectiva comparada (1900-1916).....</b>	<b>45</b>
<i>Fernando de Santos Nascimento</i>	
<b>Livro em Destaque.....</b>	<b>60</b>

# A GUERRA: PROBLEMAS E DESAFIOS DO CAMPO DA HISTÓRIA MILITAR BRASILEIRA

Marcos Guimarães Sanches<sup>1</sup>

Conheci tardiamente a história militar. Não represento exceção mas a quase totalidade de gerações anteriores e posteriores que não foram apresentadas e/ou se ocuparam desta temática específica. Somos todos “filhos”, com maior ou menor semelhança, dos Annales ou da análise marxista. Nos dois casos, a história militar focada quase que exclusivamente no fenômeno da guerra era relegada a segundo plano, inserida no tempo curto, acontecimental da história política ou pertencente a um nível (super-estrutura) subordinado da realidade.

Poucos foram os historiadores profissionais que se ocuparam da questão ao longo do século XX, rotulada pejorativamente como “história-batalha”, e seu estudo ficou relegado a alguns militares profissionais, no caso do Brasil, herdeiros da Missão Francesa que valorizara o estudo da história militar como fundamento da elaboração da doutrina.

A retomada da história política em grande parte inspirada nas contribuições de Max Weber e Michel Foucault redimensionou sua problemática da questão do Estado para os lugares onde pode ser estudado o poder, o que associado a revisão da própria história militar como as empreendidas por John Keagan<sup>2</sup> e André Courvisier<sup>3</sup>, para ficarmos apenas em duas tradições historiográficas, recolocou o nosso objeto no conjunto das preocupações da produção do conhecimento histórico.

As perspectivas positivas do presente nos impõem enorme desafio: discutir a própria configuração do campo de investigação e construir ferramentas teórico-metodológicas capazes de explorá-lo. Em síntese recente, José D’Assunção Barros<sup>4</sup> ao estabelecer os interesses e objetos da história política situa a guerra no grupo daqueles que estudam as “relações entre as unidades políticas”. A definição de um campo ou de um domínio para qualquer investigação histórica é problema complexo. A sua constituição não é produto de uma seleção natural de objetos, resultando de um critério de abordagem. Neste sentido, não se trata de optar pela guerra, a política ou as relações internacionais mas, indagar que tipo de questão nos interessa e como se pretende investigá-la.

---

1 Doutor em História (UFRJ). Professor de História do Brasil das Universidades Federal do Estado do Rio de Janeiro e Gama Filho. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

2 CORVISIER, André. *A Guerra: ensaios históricos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

3 KEAGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

4 BARROS, José. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004, p. 108.

Será a guerra o objeto da história militar? Não estaremos a atribuindo ao fenômeno da guerra um caráter universal, independente do seu significado nas diferentes sociedades e culturas? Partindo dos dicionários brasileiros de maior circulação (Aurélio e Houaiss) a guerra é sempre definida em primeiro lugar como luta armada entre nações ou partidos, não cobrindo, por exemplo, a sua concepção como parte de uma determinada dinâmica social como na clássica interpretação de Florestan Fernandes sobre as sociedades Tupinambás.

Embora na tradição cultural do ocidente desde os gregos Heródoto e Tucídides ou dos romanos Tito Lívio e Políbio, a guerra tenha sido um “motor” onipresente da explicação histórica, levando John Keagam a afirmar que “a história escrita das sociedades é em grande medida uma história de guerras”<sup>5</sup>, tal pressuposto deve ser relativizado pois como nos alerta Arno Wehling uma história da guerra ou da historiografia da guerra perpassando a história de todas as sociedade não é concebível, pois implica na naturalização do conceito, retirando-lhe a historicidade<sup>6</sup>.

Tratar a guerra como atividade humana e como fenômeno histórico e social nos leva a relativizar a exclusiva subordinação da história militar à história política. Ao rejeitar a idéia de história-batalha” de Lucien Febvre costumamos repetir Clausewitz que a guerra é a continuação da política por outros meios, mas ainda que nos socorramos da tradução mais precisa de Keagam - a guerra é continuação das relações políticas, não superamos a excessiva vinculação da história militar ao político, o reducionismo do campo ao problema da guerra e a sua problemática percepção como fenômeno universal, não relativizável frente as diferentes culturas.

A tradição oitocentista consagrou a concepção hobbesiana-hegeliana do Estado, detentor do monopólio das relações internacionais, conferindo à política a centralidade no processo histórico. Nesta geração, Clausewitz considerou a guerra com forças pagas e disciplinadas do Estado como indicativa da civilização, pois assinalava a passagem da sociedade guerreira para a guerra regular.

Como hipóteses de trabalho podemos considerar: primeiro, a guerra não é uma categoria atemporal e universal; segundo, o campo da história militar não se esgota na guerra, que só pode ser compreendida numa perspectiva plural de relações circulares. Metodologicamente apropriamos de Jose Maraval o conceito de “Estrutura Histórica”<sup>7</sup> como uma figura em que se mostra um conjunto de fatos dotados de articulação interna, na qual se sistematiza e se confere sentido a uma rede complexa

<sup>5</sup> KEAGAN, John. *Op. Cit.*, p. 492.

<sup>6</sup> WEHLING, Arno. A Pesquisa da História Militar Brasileira In *Da Cultura*, Rio de Janeiro, Ano I, Nº 1, Jan/Jun 2001, p. 37.

<sup>7</sup> MARAVAL, Jose. *Teoría del saber histórico*. Madrid: Revista de Occidente, 1967, Cap. Quarto.

de relações entre eles. Epistemologicamente significa rejeitar simples nexos causais e considerar relações situacionais. A estrutura se oferece como uma totalidade distinta da justaposição de seus dados, ou seja, nenhum acontecimento que se insere em conjuntos é compreensível sem referir-se a tais conjuntos, implicando em reconhecer que a singularidade não está apartada da totalidade.

A estrutura é objetiva, já que a forma dada a um determinado conjunto de fatos pelo historiador que os observa, e surge da articulação e da referência da sua situação não se reduzindo ao arbítrio do observador. A realidade histórica é o conjunto das estruturas e não dos fatos, pois não há fatos históricos isolados e a estrutura não está nos fatos, mas na sua configuração que é o objetivo do conhecimento. A situação é o entrelaço dos fatos, qualquer que seja sua complexidade no interior da estrutura histórica e supõe a adoção de uma lógica relacional, entendida como em relação que nasce dela e se encontra na interdependência de um fato em relação a outro.

Retomando a nossa problemática específica, optar pela problemática da guerra implica não no abandono, como irrelevante, da perspectiva anterior (a história-batalha), mas na sua consideração dentro de um conjunto muito mais amplo de variáveis incidentes sobre os conflitos.

Dois décadas antes da retomada da história política nos anos de 1970, Bouthol sintetizou três grandes características do estado de guerra em oposição ao estado de paz: ser fenômeno coletivo, luta à mão armada e reconhecida por seu caráter jurídico, mas destacava a necessidade de classificações que considerassem os tipos de grupos em luta, armamentos empregados, etc para dar conta da especificidade dos fenômenos<sup>8</sup>.

A mesma época, no campo das relações internacionais Pierre Renouvin publicou sua *Histoire des Relations Internationales* (entre 1953 e 1958), sintetizando sua proposta metodológica no volume produzido em parceria com Jean-Baptiste Duroselle na década seguinte:

No comportamento dos grupos humanos, os móveis nunca são simples: seria fácil multiplicar exemplos. Na verdade, as diversas influências que orientam a evolução das relações internacionais, papel das influências econômicas, financeiras, demográficas, psicológicas ou sentimentais, e papel da impulsão exercida pela vontade dos homens de governo, se contrariam ou se associam, segundo as modalidades, diferentes, sem cessar, no tempo e no espaço. O historiador quando procura os elementos de explicação, deve, pois examinar, em cada caso, a título de hipóteses de trabalho, o jogo de cada uma dessas influências. Ele é levado, ora constatar a influência dominante das forças econômicas ou demográficas (é o caso que freqüentemente ocorre, nas mudanças de longa duração), ora a enfatizar as forças sentimentais ou espirituais, cuja ação é sensível, sobretudo nas crises internacionais em

<sup>8</sup> BOUTHOU, Gaston. *La Guerre*. Paris: PUF, 1953.

que intervêm as paixões, ora a concluir pelo papel determinante das iniciativas individuais. Reservar, de antemão, a uma de tais explicações, uma parte preponderante, e estabelecer, em princípio, que uma dessas forças teve, permanentemente, papel determinante – seria falsear o sentido da pesquisa histórica. Isolar um dos aspectos do comportamento dos referidos grupos humanos equivaleria, infalivelmente, a desnaturar a pesquisa histórica, eliminando a influência que os diferentes móveis de tal comportamento exercem uns sobre os outros. Estabelecer entre eles uma espécie de hierarquia seria tão baldado como procurar formular leis<sup>9</sup>.

O modelo proposto nos parece aplicável à história militar. Os autores, tributários da influência dos Annales propõem a investigação dos fenômenos a partir das “forças profundas” representadas dentre outras pela demografia, a economia e as motivações psico-sociológicas.

Na história militar propriamente dita Quincy Wright reconhece que “a guerra pode ter para povos diferentes significações distintas” apontando-lhe quatro grandes grupos de causas: forças materiais; influências racionais; instituições sociais e reações de personalidade<sup>10</sup>. Nos aproximamos de uma perspectiva pluridimensional, como proposta por Raymond Aron para quem apesar da guerra estar presente em todos os tempos históricos e civilizações, não se pode dispensar a elaboração de alguma tipologia do fenômeno, que não deve ser apenas formalista, mas referida as modalidades concretas de manifestação do fenômeno<sup>11</sup>.

A “nova” história militar é, portanto, profundamente interdisciplinar, envolvendo, de acordo com cada tema ou problema, a sociologia, a ciência política, a antropologia, a filosofia, a psicologia social, a economia, o direito, a pedagogia, sem os quais não seria possível dar conta da amplitude das questões tratadas como nos chama atenção Arno Wehling:

...podemos citar os seguintes temas/problemas: relações Exército/Forças Armadas X sociedade; estrutura institucional e administrativa das Forças Armadas; o locus institucional das Forças Armadas no estado; os diferentes tipos de guerra, já mencionados; a Opinião Pública e As Forças Armadas; as fortificações; a evolução da ética militar; a estratégia; a batalha; a logística; a formação militar; a motivação para a guerra etc. Essa interação, atualmente, é típica da ciência histórica e talvez por isso ela tenha se tornado um dos campos mais interdisciplinares na área das ciências sociais<sup>12</sup>.

9 RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, J. B. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difel, 1967, p. 480.

10 WRIGHT, Quincy. *A Guerra*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988, p. 1.

11 ARON, Raymond. *Paix et Guerre entre les nations*. Paris: Calmann-Lévy, 1975.,p. 157.

12 WEHLING, Arno. Op. Cit., p. 41.

Desta forma, mais do que a guerra a história militar pode numa perspectiva globalizante se ocupar de inúmeros problemas, caracterizando seu campo pelo conjunto de ações/manifestações do poder militar, o que transcende ações que envolvam operações das forças armadas.

A própria guerra, ainda que seja sempre o resultado de uma decisão política, no sentido mais amplo do conceito, envolve questões que não se esgotam na atuação profissional das forças armadas. Lembremos, a título de exemplificação, que hoje o maior exército do mundo terceiriza parte das suas ações no próprio campo de batalha, como assistimos no caso dos Estados Unidos na guerra do Iraque.

### **A ARTE DA GUERRA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA**

O estudo das temáticas da história militar se confunde com a própria origem da história científica no Brasil, construída pelos intelectuais vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tributária da influência historicista de Ranke e Clausewitz tratou os acontecimentos militares no contexto da construção do estado, das relações entre eles e da afirmação da Nação.

Metodologicamente a imparcialidade das fontes; análise hermenêutica; relação entre história e memória (lugares, monumentos e culto) foram suas características, a exemplo do exposto por Varnahagem:

Escusado julgamos dizer que procuramos sempre fazer justiça a todos, sem excetuar os próprios invasores. Não escrevemos, é verdade, segundo se pode até depreender do título deste trabalho, como escreveria um holandês; pela simples razão de que não o somos, e de que não está em nós mudar a nossa essência, nem deixar de ter patriotismo e de ter fé. Mas pode-se ter fé e ter patriotismo, e ser justo com os próprios inimigos – ainda quando, como tal, considerássemos os que o eram da Colônia, nossa Pátria há mais de dois séculos e, se, às vezes, os designamos com esse nome, fazemo-lo não por falta de indulgência, mas unicamente por imitar os que nos têm precedido, e para maior clareza e facilidade da narração<sup>13</sup>.

A *História Geral do Brasil*, editada a partir de 1854 é pródiga na abordagem de temas militares ligados por exemplo a conquista do território e a formação das fronteiras, mas sempre subordinados ao processo de formação da unidade e da identidade nacional. Varnahagem inaugurou uma tradição que se desdobrou até o século XX com seguidores do quilate de Rio Branco e Calógeras, além dos primeiros historiadores militares propriamente ditos que nas décadas de 1920 e 1930 seguiam a mesma proposta metodológica.

13 VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. *História das Lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002, p. 24.

Na segunda metade do século XIX, as diferentes correntes científicas colocam a história militar em segundo plano como um resquício da barbárie de etapas anteriores da civilização (positivismo) ou mera determinação de outras instâncias do real (marxismo).

As ações militares eram entendidas como o resultado das dinâmicas sociais como se vê na obra de Capistrano de Abreu, na qual a história militar apresentava um caráter subordinado. Embora a sua obra possa ser dividida em “fases”, no geral, a dinâmica social (o orgânico) prevalecia sobre o político (o funcional).

Sobretudo a influência do positivismo favoreceu a produção de textos que desqualificavam a guerra e conseqüentemente as instituições militares. Datada das primeiras décadas do regime republicano, além da influência positivista, as análises refletiam o embate intelectual e político entre monarquia e república e entre civis e militares<sup>14</sup>.

O período não deixa de ser marcado por um certo paradoxo, pois ao mesmo tempo em que se “despreza” a arte da guerra e a formação do oficialato, particularmente no Exército, era dominada por um certo “bacharelismo” de influência positivista, as administrações dos ministérios da Guerra e da Marinha empreenderam importantes esforços de modernização das respectivas forças e Paula Cidade destacou a edição de vários trabalhos de natureza técnica (voltados para a formação/instrução dos militares), no contexto do conflito entre as noções de “soldado-cidadão” e de soldado profissional, estes permeáveis às influências das missões militares alemã e francesa<sup>15</sup>.

Nas décadas de 1920 e 1930, dentro do que Carlos Guilherme Mota denominou de “redescoberta do Brasil”, momento de importante renovação do pensamento brasileiro, não houve uma preocupação intelectual mais ampla com a história militar, mas propiciou dentro do que poderíamos chamar de atitude intelectual preocupada em explicar/reexplicar o Brasil, as bases do seu desenvolvimento e identidade, a atenção, embora restrita majoritariamente a militares profissionais, para uma história militar propriamente dita.

No geral, a história militar não foi objeto da preocupação da maior parte dos intelectuais e metodologicamente estava identificada às concepções herdadas do século XIX. Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda chegaram a esboçar uma explicação de natureza culturalista para a importância restrita da guerra na história do Brasil:

14 COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, Cap. IX e X.

15 CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

Não temos nenhuma mística incorporada ao povo, portanto, não tem o nosso povo ... a consciência clara de nenhum objetivo nacional a realizar ou a defender, de nenhuma grande tradição a manter, de nenhum ideal coletivo, de que o Estado seja necessário à sua realização<sup>16</sup>

Sérgio Buarque de Holanda foi mais explícito ainda ao trabalhar com o conceito de “homem cordial”:

...as guerras estrangeiras, como métodos políticos, sempre foram encaradas pelo país como inoportunas e até criminosas ... Não ambicionamos o prestígio do país conquistador e detestamos notoriamente as soluções violentas ...<sup>17</sup>

No entanto, a preocupação em repensar o Brasil numa conjuntura de modernização, também se refletiu no campo da história militar. Neste, ao estabelecimento de uma nova identidade nacional agregou-se à influência da missão militar francesa, para a qual a história era fonte indispensável para a constituição da doutrina.

Neste contexto, podemos distinguir duas linhas de atuação: as ações institucionais na organização de “lugares” de produção e/ou de comemoração (a Biblioteca e o Arquivo do Exército, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e a organização do Serviço de Documentação da Marinha) e a produção de autores civis (Gustavo Barroso) e militares (Tasso Fragoso) que continuavam seguindo o modelo do historicismo oitocentista.

A organização da obra de Gustavo Barroso é emblemática: dividida em duas partes, a primeira tem como objeto os “uniformes, hierarquias, armamentos”, preponderância daqueles materiais com os quais se poderia construir uma narrativa museográfica; na segunda, as “campanhas militares se sucediam dentro da lógica de construção do “Brasil nação”, a partir de 1808<sup>18</sup>.

Tasso Fragoso, nome mais destacado entre os historiadores militares do período e até o presente, referência indispensável, antes da publicação da monumental *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai* (1934), já enunciava a sua concepção de história. Na “Advertência Preliminar” em *A Batalha do Passo do Rosário* (1922), repele o abandono da história militar, conseqüente a influência positivista na Escola Militar e, se coloca como o responsável por um juízo de “ponderação”, baseado na análise rigorosa das fontes na melhor tradição da hermenêutica jurídica do historicismo<sup>19</sup>.

À produção da história juntava-se ainda o esforço de instituição de uma memória, como no

16 VIANNA, J. Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 1974, p. 316.

17 HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, p. 132.

18 BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

19 FRAGO, A. Tasso. *A Batalha do Passo do Rosário*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1922, p. 5-10.

caso da consolidação dos patronatos.

Desde a década de 1930 com a criação dos cursos universitários de História, consolidou-se o afastamento entre a produção de uma história militar, tarefa quase que exclusiva dos militares e a história acadêmica produzida nas Universidades sob a influência de novas correntes como os Annales, o marxismo e o estruturalismo, quadro agravado na conjuntura política posterior a 1964.

Prevaleceu a crítica à história política e, por derivação, a todos os temas a ela ligados (administração, relações internacionais, guerra, etc.). Ao mesmo tempo, as influências interdisciplinares permitiram a revisão de aspectos ligados à história militar como as relações internacionais (Pierre Renouvin) ou mesmo a concepção da guerra em perspectiva pluridimensional (política, social, cultural, etc). como em Raymond Aron e André Courvisier.

O marxismo, apesar de colocar a guerra como desdobramento das condições materiais, produziu uma obra importante a *História militar do Brasil* de Nelson Werneck Sodré que pensava as forças armadas como instrumento de afirmação de uma sociedade democrática, nacional e popular, em emancipação frente ao imperialismo:

O avanço do país está ligado, conseqüentemente à organização, ao aparelhamento, à melhoria, à eficiência de suas Forças Armadas e não ao antípoda disso. Está ligado ao cumprimento, pelas Forças Armadas, de sua missão precípua e específica, e não ao cumprimento de outras missões, de natureza especificamente e ostensivamente política, que cabem a outras forças. É na medida em que as Forças Armadas asseguram as liberdades democráticas que o país avança, inexoravelmente, para a realização de seu destino nacional. É nessa medida que as Forças Armadas isolam e asfixiam o latifúndio e o imperialismo, incompatibilizados com toda e qualquer liberdade democrática e cuja única saída é o golpe contra as instituições democráticas, como tantas vezes empreenderam, com alguns triunfos parciais e transitórios que, sem a menor dúvida, atrasaram o nosso processo histórico<sup>20</sup>.

No âmbito militar propriamente dito, duas tendências tiveram ampla predominância: a história militar como parte ou subsídio à doutrina como na obra de Cláudio Moreira Bento, que chega a esboçar uma tipologia de historiadores, vinculando alguns deles especificamente ao exercício da profissão:

Historiador Militar: É o civil ou militar que pesquisa, analisa, interpreta, retira ensinamentos e escreve sobre fatos histórico-militares. No exército dos EUA existem duas categorias de historiadores militares: Historiadores do Exército e Historiadores de Estado-Maior. Historiador do Exército: É um historiador militar qualificado com método específicos, civil e militar, que ocupa posição no QO de historiadores do Exército.

<sup>20</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 408.

Historiador do Estado-Maior: É um historiador do Exército ou oficial de História do Exército, responsável pelo desempenho de atividades histórico-militares, inclusive, assessoria específica no Estado-Maior de um comandante”<sup>21</sup>.

Apesar da tipologia não se adequar as propostas atuais para a história militar, deve ser reconhecido o esforço metodológico do autor que superou outra tendência muito presente, uma espécie de história exaltação, em que a predominava a “história batalha”, vinculada a um sentido de exaltação da pátria:

E o povo, em constante vibração patriótica, assistia embevecido à partida de seus entes queridos, que recebiam cheios de incontido orgulho o Pavilhão Imperial, alegre e risonho em suas cores, que lhes competia levar alçado, vitorioso, pelos campos e cidades distantes, derrubando todos os empecilhos onde os levaria uma guerra sem tréguas!

Varões das mais ilustres linhagens, a fina flor de uma mocidade estuante de vida, alguns, até, donos de grandes riquezas, abandonaram seus afazeres cotidianos, a família querida, o conforto e a comodidade a que tinham direito e, resolutos, trataram logo de assumir responsabilidades funcionais, de um ofício que, até então, lhes era inteiramente estranho!

E, naquela eventualidade crítica, quanto exemplo dignificante espocou à luz do nosso sol!

Nação que dispõe de tal material humano, não tem por que se afligir!

Passado o impacto emocional do primeiro momento, veio imediatamente a serena confiança de um resultado feliz, tal a união alicerçada na brasilidade, secular predicado da alma nacional<sup>22</sup>!

Dois autores merecem ser tratados em separado: João Batista Magalhães e Francisco de Paula Cidade. O primeiro teve sua *A Evolução Militar do Brasil* editada em 1958, embora a primeira versão do trabalho date de 1948, tendo sido apresentado no IV Congresso de História Nacional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi pioneiro da percepção da guerra dentro de um complexo que extrapolava os limites dos eventos puramente militares.

Do conhecimento dos diversos aspectos que apresentam as instituições militares de um país resultam indicações úteis à boa compreensão de sua história e ao julgamento dos homens que presidem aos seus acontecimentos. Mas, para a compreensão das suas características, devem ser vistas tais instituições sempre no quadro histórico nacional e no da época da civilização em que se situem, considerando-se o que era possível fazer, face às necessidades. Elas são criação dos homens, não, porém, arbitrarias, e emitem para a satisfação de objetivos

21 BENTO, Cláudio Moreira. *Como Estudar e Pesquisar a História do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 1999, p. 6.

22 DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981, p. 8.

políticos determinados. Não basta a vontade ou a largueza das concepções de alguns para lhes dar maior desenvolvimento e assegurar-lhe a plena eficácia. Há influências a considerar, derivadas da moralidade e da mentalidade coletivas da época, e fatores de ordem material, notadamente os econômicos e os geográficos, condicionantes compreendidos, ambos, em sua mais lata expressão. Tem muita importância o que entende com a formação social e moral da população.

O julgamento do valor das instituições militares em vista das soluções relativas ao problema militar, em cada época, sempre de natureza complexa, reclama, portanto, mui judiciosa ponderação<sup>23</sup>.

O segundo, com sua *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*, de 1959, reitera que a história militar não poderia ser tratada em separado do que chamava de história geral:

Surge aqui uma questão que já tem sido considerada importante nos domínios teóricos da História: há apenas uma História Geral ou existe um número sem conta de histórias particulares? Para alguns, a História é uma só, indivisa, e para outros há tantas histórias quantas são as atividades do gênero humano. No primeiro caso, a História Militar é apenas um capítulo da História Geral, como a história do Brasil o é da História Universal. Para outros, a história particular de uma das atividades humanas é inteiramente autônoma. Não parece que valha a pena perder tempo com essas bizantinices porque, na prática, uma história particular como a História Militar não pode ser compreendida fora do quadro da História Geral. O que há realmente é uma compartimentação espontânea, correspondente ao princípio cartesiano de subdivisão das grandes dificuldades noutras sempre menores. Assim, à pergunta se há uma História Militar independente da História Geral, a resposta é que há uma História Militar, mas que esta é apenas um dos capítulos da História Geral, porque as guerras decorrem de fatores políticos, de causas complexas que só indiretamente têm influência no campo militar. Não esqueçamos que o pensamento militar é decorrência de um pensamento político<sup>24</sup>.

A produção acadêmica mais recente ainda tangencia a história militar. Ao longo das últimas décadas ficou patente uma distinção entre militares historiadores e, em escala reduzida, historiadores militares. Os primeiros continuaram a se ocupar dos aspectos “técnicos” da arte da guerra, valendo-se de uma perspectiva metodológica que não os afasta significativamente da geração que teve em Tasso Fragoso uma referência.

As temáticas abordadas (estratégia, tática, doutrina, material, símbolos, etc.) ainda reclamam uma minuciosa revisão das fontes, a luz de novas problemáticas, formuladas em perspectivas

23 MAGALHÃES, João Batista. *A Evolução Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001, p. 19

24 CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998, p. 23.

metodológicas já presentes nas análises acadêmicas, dentre as quais podemos destacar: o estudo das relações de poder e a perspectiva epistemológica da pluricausalidade.

As novas perspectivas da história do poder tratam as forças armadas como parte da estrutura do Estado com sua ação indissociável da dinâmica social e cultural. Em paralelo, os enfoques interdisciplinares têm permitido estudar a guerra como um conflito pluridimensional (Aron, Bouthoul, Corvisier, Keagan).

Na área acadêmica tem predominado as abordagens calcadas na história social, nas relações de poder e na história das instituições a exemplo dos trabalhos de Jeanne Berrance de Castro (*A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Nacional, 1977), José Murilo de Carvalho (*Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador* In História Geral da Civilização Brasileira, T. III, Vol. 2, 1977), Edmundo Campos Coelho (*Em busca da identidade: o Exército e a polícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1976), Enrique Peregalli. (*Recrutamento Militar no Brasil Colonial*. Campinas: Unicamp, 1986), Celso Castro (*Os militares e a República. Um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990) e Adriana Barreto de Souza (*O Exército na Consolidação do Império. Um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999). Tal conjunto é representativo do que Celso Castro chamou de “uma história social das Forças Armadas através do país<sup>25</sup>”.

Dentre os poucos estudos que focam o estudo da guerra em si, aplicando-se novas perspectivas metodológicas destacam-se os de Francisco Doratioto (*Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002) e de Ricardo Salles (*Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército. Memórias e imagens*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990).

A título de conclusão podemos refletir sobre o desafio de fazer história militar, transcendendo a simplista discussão sobre “antigos” e “novos” objetos. Uma “nova” história militar não exclui objetos tradicionalmente abordados, inclusive a “batalha”, O que nos parece mais instigante é o “como”, ou seja, de que forma podemos estudar quaisquer manifestações ligadas ao poder militar, a partir de novas e variadas perspectivas da própria história e das ciências sociais em geral..

25 CASTRO, Celso, IZECHSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrick. Da história militar à “nova” história militar In *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004, p. 26.

## A BATALHA DE POITIERS (732) POR UM CRONISTA ÁRABE ANÔNIMO<sup>1</sup>

Tradução: Prof. Dra. Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva<sup>2</sup>

(...) Os muçulmanos golpearam os seus inimigos e atravessaram o rio Garonne, assolando o país e levando inúmeros cativos. Aquele exército passou por todos os lugares como uma tempestade devastadora. A prosperidade tornou esses guerreiros insaciáveis.

Ao cruzarem o rio, Abderrahman arruinou o condado. O conde refugiou-se em sua fortaleza, mas os muçulmanos avançaram contra ele e, entrando à força no castelo, mataram o conde. Para tudo cediam suas cimitarras, que eram ladrões de vidas.

Todas as regiões do reino dos francos temiam aquele exército terrível, assim, os francos recorreram a seu rei Calvus [Carlos Martel] e lhes contaram sobre a destruição feita pelos cavaleiros muçulmanos, e como subjugaram, ao atravessarem, toda a terra de Narbonne, Toulouse e Bordeaux. Eles também relataram a morte do conde. Então o rei alegrou-os, declarando que iria ajudá-los...

O rei montou em seu cavalo, e levou um exército que não pode ser contado, e dirigiu-se contra os muçulmanos. Ele os encontrou na grande cidade de Tours.

Abderrahman e outros cavaleiros prudentes viram a desordem das tropas muçulmanas, que estavam pesadas devido aos espólios de guerra; mas eles não se aventuraram a desagradar os soldados ordenando que eles abandonassem tudo, com exceção de suas armas e cavalos de guerra. Abderrahman confiou no valor dos seus soldados e na boa sorte que estava lhe acompanhando. Mas a falta de disciplina é sempre fatal aos exércitos.

Assim, Abderrahman e suas hostes atacaram Tours para ainda adquirir mais espólio. Eles lutaram contra esta cidade tão ferozmente que a fúria e a crueldade dos muçulmanos para com os seus habitantes da cidade eram como a fúria e crueldade de tigres raivosos. Eles assaltaram a cidade quase diante dos olhos do exército que veio salvá-la. Era manifesto que Deus iria castigar tais excessos; e a sorte logo virou-se contra os muçulmanos.

Próximo ao rio Owar [Loire], os dois grandes exércitos, de duas línguas e de dois credos, estavam em ordem, um frente ao outro. Os corações de Abderrahman, de seus capitães e de seus homens estavam cheios

1 Trecho traduzido e adaptado de CREASY, Edward. **Fifteen Decisive Battles of the World**. New York, E. P. Dutton & Co., s/d, p. 168-169. (publicado originariamente na revista *Mirabilia* e disponível também através do link <http://www.riardocosta.com/textos/poitiers.htm>)

2 Doutora em História Social e Mestre em História Antiga e Medieval. É bolsista de produtividade do CNPQ e professora do PPGHC e Coordenadora do Programa de Estudos Medievais (PEM), ambos na UFRJ.

de ira e orgulho, e eles foram os que primeiro começaram a lutar. Os cavaleiros muçulmanos dirigiram-se com ferocidade contra os batalhões dos francos, que resistiram virilmente. Muitos caíram mortos de ambos os lados, até o pôr do sol.

A noite separou os dois exércitos: mas ao amanhecer os muçulmanos voltaram à batalha. Os cavaleiros logo chegaram, sem muito esforço, no centro do batalhão cristão. Mas muitos os muçulmanos estavam temerosos pela segurança do espólio que tinham armazenado em suas barracas. Um falso grito surgiu nas suas fileiras, alertando que alguns dentre os inimigos estavam saqueando o acampamento; o que levou vários esquadrões da cavalaria muçulmana a voltarem atrás para proteger suas barracas.

Porém, parecia que eles estavam fugindo dos cristãos e todo o exército muçulmano ficou preocupado. E enquanto Abderrahman se esforçava para controlar o tumulto e conduzir os seus homens novamente para a luta, guerreiros francos o cercaram e ele foi perfurado por muitas lanças, de forma que morreu. Então todo o exército muçulmano evadiu-se ante o inimigo e muitos morreram na fuga (...)



## INTRODUÇÃO

Durante o período da União Ibérica, a Holanda, em busca de açúcar e motivada por questões religiosas, resolveu enviar expedições para invadirem o nordeste do Brasil. Para atingir tal objetivo, foi criada a Companhia das Índias Ocidentais (WIC - *West Indian Company*), em 1621. A companhia, nesse mesmo ano, lançou sua primeira expedição contra a Bahia, sem, contudo, lograr êxito em permanecer no Brasil. Em 1630 houve uma segunda expedição e esta, ao contrário da primeira, subjugou a capitania de Pernambuco, dominando sem maiores dificuldades Recife e Olinda.

A presença de uma colônia holandesa no Brasil, que transformara Pernambuco numa base de apoio às rotas da Companhia das Índias Ocidentais, ameaçava a hegemonia espanhola no Atlântico Sul e se constituía em empecilho para as rotas comerciais da Espanha.

O sucesso comercial alcançado pela WIC no Brasil, materializado pelo controle sobre a produção e o mercado de açúcar, estava sendo prejudicado pelos crescentes custos que a companhia era obrigada a empreender com as ações militares contra os locais que resistiam à invasão. Para resolver este problema, a WIC optou pela realização de um esforço militar para conquistar a Bahia e expulsar os portugueses do Brasil. Com esse objetivo, o governador-geral holandês conde João Maurício de Nassau-Siegen decidiu, em abril de 1638, atacar a Bahia, cuja conquista poderia resultar no fim do domínio português no Brasil. Após um mês de cerco, contudo, os holandeses foram repelidos, com a perda de mais de duas centenas de homens, e retornaram para Pernambuco.

## REAÇÃO IBÉRICA – A ARMADA DE SOCORRO

Antes mesmo da derrota de Nassau na Bahia, o ministro espanhol conde-duque de Olivares ordenou que fosse organizada mais uma vez uma grande armada<sup>2</sup>, destinada a expulsar em definitivo a WIC do Brasil e encerrar a guerra que estava arruinando a economia da coroa espanhola. A nova

---

<sup>1</sup> O autor é Major de Artilharia e especialista pós-graduado em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

<sup>2</sup> A primeira armada de socorro (1625) foi a de D. Fadrique de Toledo, constituída por 28 navios de combate espanhóis e 7 portugueses, que, em maio, recuperou a Bahia que os Holandeses nos tinham conquistado no ano anterior. A segunda armada (1631) foi a de D. António Oquendo, composta por 12 navios espanhóis e 5 portugueses, que tinha por missão deixar 2.000 soldados na Bahia, destinados a reforçar as tropas que cercavam o Recife. A terceira armada de socorro ao Brasil (1635) foi a de D.Lopo de Hoces, composta por 2 galeões espanhóis e 4 portugueses, comboiando 22 navios mercantes que transportavam tropas e abastecimentos.

armada de socorro, no entanto, foi orientada segundo uma nova estratégia. O papel da esquadra não seria limitado apenas ao transporte de tropas como nas anteriores, mas obter a superioridade marítima sobre os holandeses eliminando, assim, seu poder naval na costa brasileira.

Para comandar a esquadra foi escolhido, inicialmente, o conde de Linhares, o qual foi substituído, em abril de 1863, pelo fidalgo português D. Fernando Mascarenhas, conde da Torre e antigo governador de Ceuta e Tânger. Tão logo assumiu o comando, D. Fernando Mascarenhas logo começou a organizar a esquadra, que seria composta por galeões da coroa de Portugal e das frotas de Cadiz e do Levante, da Espanha. No exame da armada, o conde logo verificou a insuficiência do abastecimento, o despreparo dos soldados e as péssimas condições de higiene dos navios, o que motivou comunicação da situação ao Rei Filipe IV, à Vice-Rainha de Portugal e ao ministro Olivares.

Tanto na Espanha como em Portugal havia escassez de recursos, sem os quais não era possível arregimentar capitães e soldados experientes nem obter os inúmeros artigos indispensáveis para aprovisionar os navios. Para acelerar o aprestamento da armada, a esquadra de Castela foi enviada para Lisboa, onde se juntou à de Portugal. Mas, apesar da pressa dada por Olivares, os preparativos foram muito demorados, só ficando concluídos em finais de 1638, mesmo assim com grandes deficiências. Expressiva quantia dos gêneros alimentícios embarcados, sobretudo nos navios portugueses, encontravam-se deteriorados, as armas e munições eram em número insuficiente e os soldados, em sua grande maioria, eram simplesmente camponeses arrebanhados à força ou malfeitores retirados das prisões portuguesas.

O governo espanhol, embora reconhecesse que as ponderações do conde da Torre eram justificadas, determinou que a armada partisse o quanto antes, a fim de aliviar a pressão sobre a Bahia, então ameaçada pelas forças de Maurício de Nassau. Dessa forma, o conde da Torre recebeu ordem para partir imediatamente para as ilhas de Cabo Verde, onde aguardaria a chegada dos navios da armada espanhola que ainda estavam em preparativos. O conde protestou novamente contra a ordem, alegando a “pestilência dos ares”<sup>3</sup> de Cabo Verde, mas, pressionado pela vice-rainha de Portugal, partiu de Lisboa em 7 de setembro de 1638 com boa parte dos navios, muitos com guarnições incompletas e provisões insuficientes.

Já no caminho para Cabo Verde as dificuldades se apresentaram à esquadra, com o surgimento de uma epidemia a bordo. O próprio conde da Torre foi dos primeiros a adoecer.

<sup>3</sup> GUEDES, Max Justo, **História Naval Brasileira**, Ministério da Marinha, Rio de Janeiro, Segundo Volume, Tomo I A, 1990

A esquadra portuguesa chegou a Cabo Verde em 16 de outubro, com aproximadamente 1.000 enfermos. Como D.Fernando previra, durante a permanência nas ilhas muitos outros adoeceram e morreram. A esquadra espanhola chegou a 5 de novembro. Na ilha ficaram enterrados 475 homens, restando a bordo ainda 1.214 doentes.

A 29 de novembro partiram juntas para o Recife, onde chegaram em 10 de janeiro de 1639, com falta de alguns navios que se tinham desgarrado durante a travessia das calmas equatoriais e a maior parte dos marinheiros e soldados muito depauperados pelas doenças e pela má qualidade da água e dos alimentos que lhes eram fornecidos. A epidemia continuou após a partida de Cabo Verde, ao alcançar a costa de Pernambuco, a esquadra já registrava 872 mortos.

O planejamento do conde da Torre consistia em, logo à chegada, atrair a armada holandesa, travar com ela uma batalha naval decisiva e, em seguida, desembarcar as tropas, estabelecendo um bloqueio ao Recife por terra e por mar. Contudo, ao contrário do que esperava o conde, a armada holandesa não saiu a dar-lhe combate pela simples razão de que, nessa ocasião, tinha os seus melhores navios bloqueando a Bahia. No Recife encontravam-se apenas 13 naus, duas delas já carregadas e prontas para regressar à Europa e as outras praticamente desguarnecidas. Reduzida no seu poder, com escassez de provisões e contando com grande número de doentes, o conde decidiu passar a vista do Recife numa demonstração de força e rumar para a Bahia, a fim de reabastecer os navios e recompor suas forças, onde chegou a 19 de janeiro de 1639.

A chegada da armada do conde da Torre trouxe inquietação aos holandeses, mas estes, na verdade, não tinham conhecimento da fragilidade e das deficiências logísticas da esquadra. Nos meses seguintes os informantes de Nassau lhe contaram das penosas circunstâncias materiais e morais da armada, das más relações de Torre com o governador, que o acusava de covardia por não ter atacado imediatamente o Brasil holandês.

### **CHEGAM OS REFORÇOS**

Ao chegar à Bahia, conforme as ordens que levava, o conde da Torre entregou o comando da armada a um fidalgo espanhol, desembarcou e assumiu o cargo de governador-geral do Brasil, começando logo a trabalhar na reorganização da armada que levava e do exército do Brasil, com vista à expulsão dos holandeses de Pernambuco no mais curto prazo possível. Todavia, a Bahia não podia estar preparada para, de uma hora para outra, abrigar e suprir mais sete mil homens e não

possuía estrutura para realizar com rapidez os reparos necessários nos navios. Além disso, era do conhecimento público que a armada tinha levado muito pouco dinheiro e, por isso, a Bahia ainda se ressentia do cerco prolongado que Nassau havia imposto. Estes fatores fizeram com que, apesar de todos os esforços, a reorganização da armada avançasse muito lentamente.

Para atenuar o problema da falta de mantimentos, o mais premente, D. Fernando determinou a vinda de suprimentos do Rio de Janeiro e de Buenos Aires. A situação melhorou um pouco com a chegada, em 9 de outubro, de uma nova armada de socorro, procedente dos Açores, com mais 1.000 soldados, armas, munições e mantimentos de razoável qualidade.

Nesse espaço de tempo, o conde de Nassau, com os poucos recursos de que dispunha, resumidos a 20 barcos sob o comando do almirante Wilhelm Corneliszoon Lonck, tratou de reforçar sua frota naval com a contratação de barcos mercantes particulares, que vinham buscar açúcar no Recife. Em março Nassau também recebeu reforços: 1.200 soldados e sete navios, enviados sob o comando do coronel Arciszewski, nomeado general. Em julho, graças à interceptação de uma carta do conde da Torre, Nassau tomou conhecimento detalhado da composição de meios da armada luso-espanhola: 46 navios, dos quais 26 galeões, com 5 mil homens. A armada tinha instruções para permanecer dois anos no litoral brasileiro.

### **A ARMADA PARTE PARA O COMBATE**

Finalmente, após ter permanecido por cerca de dez meses na Bahia para reparar e ressuprir seus navios, o conde da Torre considerou a armada em condições de partir para o Recife. Em 21 de novembro de 1639 o conde reembarcou e partiu com sua armada em direção a Pernambuco. Compunha-se agora a armada de nada menos de 82 navios: 13 galeões, 7 urcas e 1 patacho, todos de guerra, 27 transportes e 34 navios ligeiros, estes últimos mobilizados no próprio Brasil. As tropas de desembarque reuniam um efetivo de 5.000 homens.<sup>4</sup>

Assim que saiu de Salvador, a armada se deparou com um inimigo inesperado, o vento contrário que iria prejudicar, durante seis semanas, o deslocamento e a coesão de seus navios, terminando por passar ao largo de Pernambuco e atingir a costa da Paraíba, mais ao norte. Com a esquadra desorganizada, em formação aberta e desarrumada, finalmente o conde da Torre conseguiu

<sup>4</sup> GUEDES, Max Justo, **História Naval Brasileira**, Ministério da Marinha, Rio de Janeiro, Segundo Volume, Tomo I A, 1990, p. 273-275

fazer o retorno e rumar em direção ao porto do Recife, de onde já havia partido ao seu encontro o almirante holandês Hendrik Corneliszoon Lonck, no comando de uma frota de 41 navios e 2.800 soldados.

### **A BATALHA NAVAL DE 1640**

Na manhã de 12 de janeiro de 1640, cerca de um ano depois de ter chegado ao Brasil, a armada luso-espanhola encontrava-se finalmente a norte de Olinda, começando as tropas a passar dos navios para as embarcações menores que as conduziriam à praia de Pau Amarelo, local escolhido para o desembarque. O vento dificultou novamente esta manobra e favoreceu a esquadra holandesa, que pôde se aproximar rapidamente da força luso-espanhola. No início da tarde teve início um violento combate de artilharia entre as duas frotas. O embate prosseguiu até o cair da noite, quando os holandeses romperam o contato e se afastaram para o mar. O primeiro enfrentamento naval resultou no afundamento de uma nau holandesa e na morte do almirante Lonck.

Na manhã seguinte, 13 de janeiro, Lonck foi substituído no comando da esquadra holandesa pelo vice-almirante Jacob Huyghensz. Os holandeses novamente se aproximaram da armada do conde da Torre e iniciaram um novo combate de artilharia, onde se perderam mais uma nau holandesa e dois navios mercantes luso-espanhóis, todos afundados a tiros de canhão.

Na manhã do dia 14, ao largo da Paraíba, a armada holandesa, que durante a noite fora reforçada com mais cinco naus vindas do Recife, voltou pela terceira vez ao ataque. E mais uma vez teve lugar um prolongado combate de artilharia que durou até ao pôr-do-sol.

Durante todo o dia 15 as forças oponentes não se avistaram, aproveitando ambas a oportunidade para tratar dos feridos e realizar os reparos de possíveis nas embarcações danificadas.

A armada do conde da Torre seguia prejudicada pelo vento, que a empurrava constantemente para o norte contra sua vontade. O prolongado período a bordo das tropas luso-espanholas causava problemas logísticos provocando o rápido esgotamento da água e dos mantimentos dos navios em que se encontravam embarcadas. Tornou-se evidente que os soldados deveriam ser desembarcados o mais rápido possível. Um conselho decidiu que o desembarque deveria ser efetuado na manhã de 17 de janeiro, na baía da Traição, de onde marchariam pelo interior até estabelecerem contato com as demais forças portuguesas.

Mas, mais uma vez, o desembarque previsto não chegou a realizar-se devido à aproximação

da armada de Huyghensz, disposta a iniciar novo combate. Por volta das nove horas da manhã do dia 17 as duas esquadras entraram em alcance de tiro e os canhões começaram novamente a disparar, mantendo-se o panorama geral semelhante aos dos combates anteriores. Com os navios muito avariados, o combate cessou ao fim da tarde.

No dia 19 a armada do conde da Torre rumou para o mar e os holandeses retornaram ao porto do Recife. Parte da armada luso-espanhola se desgarrou em razão do vento, mas os navios ligeiros que haviam permanecido junto à foz do rio Ceará-Mirim conseguiram desembarcar cerca de 1300 soldados que, sob o comando do mestre-de-campo Luís Barbalho, iniciaram a marcha pelo interior.

A partir daí a armada desagregou-se rapidamente, apesar dos esforços do conde que procurou convencer os navios desgarrados a voltarem para a costa. Os capitães espanhóis recusaram-se abertamente a aceitar as suas ordens, sob o pretexto de que a campanha tinha terminado, e seguiram para as Caraíbas, acompanhados por três galeões portugueses. Os galeões portugueses remanescentes e os navios mercantes retornaram para os Açores. A campanha estava, de fato, terminada, tendo os luso-espanhóis sido incapazes de sobrepujar o poder naval holandês no Brasil.

## **CONCLUSÃO**

A missão da armada do conde da Torre era expulsar os holandeses do Brasil e projetar o poder naval luso-espanhol no nordeste do Brasil. Embora tenha conseguido, de certa forma, desembarcar tropas de reforço, na verdade a armada não atingiu os objetivos a que se propunha, pois não conseguiu sequer retirar dos batavos a iniciativa das ações no mar.

A batalha naval de 1640, travada ao largo da Paraíba, demonstrou a ineficácia da artilharia naval da época em proporcionar uma vitória decisiva. Ficou claro também que a monarquia espanhola, nesta época, já não dispunha dos meios financeiros necessários para manter, em caráter permanente, uma grande armada no além-mar e não existia no Brasil nenhuma base naval capaz de apoiar uma grande armada. No que diz respeito aos navios, verificou-se que havia equivalência na qualidade das embarcações, mas a capacidade e o treinamento dos comandantes e marinheiros holandeses eram superiores.

Em seu relato à Companhia, Nassau atribui o fracasso luso-espanhol à escolha de um comandante ineficaz para comandar força tão poderosa, devido à praxe de nomear aristocratas inexperientes, como Torre, no pressuposto que sua nobreza era mais apta a garantir a disciplina; outro

motivo fora a mortandade que atacara a armada em Cabo Verde, obrigando-a à realizar a escala em Salvador; e a ação dos ventos, que haviam desfavorecido sempre o inimigo.

Finalmente, mais uma vez ficou provado que na guerra, como em tudo na vida, o imponderável pode ser um fator decisivo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- *BARLEAUS, Gaspar. História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.*
- [BENTO, Cláudio Moreira](#). **As batalhas dos Guararapes - descrição e análise militar**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1971.
- CALDEIRA, Jorge; CARVALHO, Flavio; MARCONDES, Claudio, GOES, Sergio. **Viagem pela história do Brasil. 2ª Ed.** São Paulo: Cia das Letras, 1997
- CIDADE, Francisco de Paula. **Síntese de três séculos de literatura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- GUEDES, Max Justo. **História naval brasileira, segundo volume, Tomo IA**. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1990.
- MAGALHÃES, João Batista. **A evolução militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. **História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

# O IMPÉRIO EM GUERRA: OS CONSELHOS SUPERIORES E A GESTÃO DOS CONFLITOS CONTRA OS HOLANDESES NO PÓS-RESTAURAÇÃO (1640-1648)

Marcello José Gomes Loureiro<sup>1</sup>

**Resumo:** Na grave conjuntura da década de 1640, D. João IV enfrentou diversos desafios para se manter no trono. No ultramar, os holandeses conquistaram possessões lusas no Oriente, na América e na África. Além dos conflitos contra os batavos, havia guerras contra castelhanos e dificuldade extrema em se obter apoio diplomático. Nesse contexto crítico, muitas idéias foram discutidas nos Conselhos da Coroa, a fim de se delinear uma gestão para o Atlântico sul. Debatia-se a invasão de Buenos Aires; a reconquista de Angola; e a compra, a retomada ou a entrega do Nordeste. Assim, este artigo procura analisar a gestão da Guerra no Portugal restaurado, sem perder de vista que tal gestão era conformada pelo ideário da segunda escolástica.

**Palavras-chave:** Guerras da Restauração; política ultramarina; neotomismo.

## INTRODUÇÃO

Na historiografia brasileira, e mesmo na portuguesa, poucos trabalhos se debruçaram de forma contundente sobre os Conselhos superiores dos poderes centrais da Coroa portuguesa no pós-Restauroação, marcado por uma conjuntura crítica de guerras. Os mais tradicionais apenas descreveram a cronologia dessas instituições, sem problematizar sua dinâmica, nem sequer apresentar uma análise de conjunto que abrangesse as relações entre esses Conselhos. Um exemplo dessa perspectiva é o manual de Rodolfo Garcia, escrito na década de 1950. Considera o Conselho Ultramarino “*um tribunal poderoso e respeitado por todos os que dele dependiam*”.<sup>2</sup> Segundo o autor, de quase todos os contratos recebia propinas. Dedicava apenas um parágrafo aos demais Conselhos, concluindo que o de Guerra e o de Estado cumpriam “*funções meramente consultivas*”.<sup>3</sup> Contudo, não descarta Garcia de assinalar que “*a corte confessava que certas repartições careciam de regimentos, ou que tinham confusos e desordenados*”.<sup>4</sup>

Em obra restritiva ao Conselho Ultramarino, produzida originalmente em 1943, Marcello

<sup>1</sup> Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ). Bacharel em Ciências Navais pela Escola Naval e bacharel e licenciado em História pela UERJ; está cursando a Especialização em História Militar Brasileira pela UNIRIO/IGHMB. Email:marcelloloureiro@yahoo.com.br.  
<sup>2</sup> GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 126.

<sup>3</sup> Ibidem, p. 127.

<sup>4</sup> Ibidem, p. 123.

Caetano analisa os antecedentes desse Tribunal, mas sem deslindar de forma aprofundada os intrincados nexos que o órgão estabeleceu com os seus correlatos, ou mesmo com a Coroa. É, no entanto, pautado nesta curta narrativa que Charles Boxer fez breves considerações sobre os Tribunais da Coroa.<sup>5</sup>

Sob a orientação de Stuart Schwartz, Erik Lars Myrup tem trabalho de fôlego também sobre o Conselho Ultramarino.<sup>6</sup> Análise de grande relevância, não privilegia, entretanto, o contexto do pós-restauração; além disso, elege como sua própria competência distintiva o perfil dos membros do Conselho. Por isso, de modo coerente com seu propósito, apresenta uma das questões primaciais de sua obra: o esforço de refletir acerca de “*como os conselheiros da Coroa – particularmente os membros do Conselho Ultramarino – eram influenciados por interesses, experiências e opiniões pessoais*”.<sup>7</sup> E busca respostas a partir da análise das características de seus membros.

Ainda sobre este Conselho, destaca-se sobremaneira a tese de doutoramento de Edval de Souza Barros. Em análise magistral, Barros, sem se esquecer de que trata de uma sociedade corporativa, vinculada ao princípio do bem comum, busca “*identificar um determinado número de temas que informaram a atuação dos conselheiros em sua relação com o monarca e demais agentes com capacidade de influenciar as decisões políticas relativas ao ultramar*”.<sup>8</sup>

Sendo Barros nosso primordial agente de interlocução, é preciso fazer algumas considerações. Embora sabedor das superposições de competência nos Tribunais, o autor conscientemente optou por “*não proceder a um mapeamento exaustivo destes conflitos*”. Dessa forma, enfatizou nexos intrincados de personagens políticas, bem como evidenciou as relações do Conselho Ultramarino com a Coroa.

Uma das principais conclusões de Barros é que muito freqüentemente os pareceres do Conselho não eram acatados pelo monarca, explicitando desse modo um papel secundário para o Conselho na trama da política: o Conselho “*foi apenas um dos pólos de deliberação*”.<sup>9</sup>

Em contrapartida, tentaremos demonstrar neste artigo como o Conselho Ultramarino, apesar de recém-criado, sobrepôs-se aos outros Conselhos em matérias de fundamental importância para a

5 Salvador Correia de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola. 1602-1686. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973.

6 MYRUP, op. cit. e, do mesmo autor, “Governar a distância: o Brasil na composição do Conselho Ultramarino (1640-1833)”, in SHWARTZ, Stuart & MYRUP, Erik Lars (orgs.). *O Brasil no Império Marítimo Português*. São Paulo: EDUSC, 2009, p. 263-298.

7Ibidem, p. 265.

8 BARRÓS, Edval de Souza. *Negócios de tanta importância: o Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, p. 6.

9 Ibidem, p. 19.

Coroa neste contexto crítico das Guerras de Restauração.<sup>10</sup>

Sobre os demais Conselhos, a historiografia não é mais ampla ou inovadora. Destaca-se um trabalho de certo modo descritivo, do final da década de 1990, de José Subtil, acerca dos “*poderes do centro*”.<sup>11</sup> O autor, especialista no Desembargo do Paço, ainda que sintetize suas reflexões acerca dos diversos órgãos constituintes da Coroa, estabelece como premissa teórica os aportes desenvolvidos por António Manuel Hespanha acerca da monarquia corporativa e do poder polissinodal.

Especificamente sobre o Conselho de Guerra, de dezembro de 1641, recentemente o historiador português Fernando Dores Costa publicou um artigo.<sup>12</sup> Lembra que, em teoria, este Conselho estava equiparado ao Conselho de Estado; na prática, porém, seus poderes eram limitados “*em relação aos poderes do próprio rei e, ao mesmo tempo, pela criação das fronteiras com o conjunto de outras instâncias de aconselhamento do monarca, nomeadamente o Conselho Ultramarino e o Desembargo do Paço*”.<sup>13</sup> Charles Boxer, na década de 1960, já havia matizado a expressão do Conselho de Guerra, apresentando esta característica quase que como uma de suas peculiaridades: “*Apesar da extensão, aparentemente larga, das responsabilidades atribuídas a esse conselho, não desempenhava ele grande papel na direção da guerra contra a Espanha*”.<sup>14</sup>

Em suma, muitos estudos e reflexões ainda serão necessários para se avaliar melhor o papel dos Conselhos e as formas de deliberação em uma monarquia corporativa e jurisdicional, cujo poder se distribuía em uma arquitetura polissinodal. Esperamos neste trabalho contribuir nesse sentido.<sup>15</sup>

## **ASEGUNDA ESCOLÁSTICA E AS POSSIBILIDADES DE GESTÃO NO PORTUGAL DO SÉCULO XVII**

Para mais refinada compreensão da construção da política ultramarina portuguesa para o Atlântico, acreditamos ser necessário reter atenção e privilegiar as formas de gestão na monarquia barroca portuguesa, marcada pela linguagem política da segunda escolástica.

10 LOUREIRO, M. J. G. “A Segunda Escolástica, a Monarquia Barroca e a Idiografia do Prata no Século XVII”. Comunicação apresentada no Simpósio Temático “Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português: Séculos XVI-XVIII”, realizado por ocasião do XXV Simpósio Nacional de História: História e Ética (ANPUH 2009), Fortaleza, 2009.

11 SUBTIL, José. “Os Poderes do Centro”, in HESPANHA, António Manuel (org). *História de Portugal, o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

12 COSTA, Fernando Dores. “O Conselho de Guerra como lugar de poder: a delimitação da sua autoridade”, in *Análise Social*, Vol XLIV (191). 2009, p. 379-414.

13 Ibidem, p. 379.

14 BOXER, op. cit., p. 172.

15 Argumentos mais detalhados podem ser conferidos em LOUREIRO, M.J.G. *A Gestão no Labirinto: circulação de informações no Império Ultramarino Português, formação de interesses e a construção da política ultramarina lusa para o Prata (1640-1705)*. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ). Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

Forjada como uma tentativa de resposta para as questões religiosas e filosóficas surgidas no contexto da Reforma protestante, os preceitos de tal linguagem podem ser encontrados, por exemplo, nas obras de Luís Molina, Francisco Vitória e Francisco Suárez para o caso espanhol; para o português, em Francisco Velasco de Gouvêa.<sup>16</sup> Grosso modo, eles defendiam uma sociedade cuja representação se alinha com o paradigma corporativista. A ordem social, com sua hierarquia dada pelos séculos e conformada pelo direito, era considerada natural e explícita ante aos olhos: as diferenças deveriam ser sempre evidenciadas. A cultura política não era a da inovação, mas sim a da permanência, a da repetição.<sup>17</sup> Até porque o direito natural, que deveria enformar todas as ações humanas, é imutável.

Em Portugal, de acordo com as construções teológicas do neotomismo, Deus atribuiu funções sociais metaforicamente expressas na Monarquia: enquanto o rei era o cabeça, responsável por dirimir os conflitos nessa hierarquia, garantindo os direitos e deveres característicos de uma justiça equitativa, a nobreza era os braços; o clero, o coração; e os camponeses, os peões, os pés responsáveis pela sustentação desse corpo social.<sup>18</sup>

Com inspiração nas teorias medievais que prediziam a teleologia da história, uma elite de letrados defendia que a conservação da harmonia desse corpo-social era de importância primacial para que o conjunto orgânico decorrente pudesse cumprir o seu destino metafísico perante a Deus.

Nesse esquema, portanto, a cabeça, o próprio rei, não podia ser confundida com as demais partes do corpo. O bom governo do rei devia garantir a paz interna e externa e, principalmente, respeitar os direitos, obrigações, interesses, autonomias, e prerrogativas de cada parte dessa sociedade-corpo. Em suma, respeitar o auto-governo das partes para a plena e perfeita manutenção daquela harmonia, verdadeiro pressuposto do princípio do “*pro bono communis*”, ou seja, do bem comum.

A *Gestão* a que nos referimos aqui não pode, portanto, ser confundida com a adoção sistemática de uma política estatal raciológica que se traduza por uma espécie de administração pública weberiana. Ao contrário, conforme explica Nuno Gonçalo Monteiro, não é adequado falar de *governo* em Portugal para o período em questão.<sup>19</sup>

De qualquer modo, o fato é que, em um contexto crítico de guerra, como o do pós-Restauração, a Coroa precisava articular políticas, escolher caminhos, apostar em decisões, viabilizar projetos.

16 SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 414-449.

17 HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan – Instituições e Poder Político em Portugal – Séc. XVII*. Lisboa: Almedina, 1994.

18 HESPANHA, op. cit.

19 MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elites e Poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. 2ª Ed. Rev. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 110-113.

Assim, a gestão a que nos referimos se traduz, na prática, pelo diálogo que se estabeleceu entre os diversos órgãos governativos que compunham a arquitetura de poder dessa Coroa. Nesse sentido, não custa lembrar que as decisões da Coroa eram gestadas em Conselhos, dotados de auto-governo e constituintes de um poder polissinodal, típico de uma monarquia corporativa. Ademais, cabe lembrar também que não havia um projeto pré-definido para o Império, mas sim uma gestão que tramitava e se formulava em diversas instâncias consultivas.<sup>20</sup>

É preciso sublinhar que a “constelação de poderes” é a base da monarquia corporativa. Dotados de auto-regulação, freqüentemente os Conselhos Ultramarino, de Guerra, da Fazenda e de Estado, Mesa da Consciência e Ordens e Desembargo do Paço eram dissonantes em determinada matéria, até porque “o que designamos por Coroa não era algo unitário, mas sim um agregado de órgãos e de interesses, que não funcionava como pólo homogêneo de intervenção sobre a sociedade”.<sup>21</sup> O resultado disso é que, na prática, “o governo do Reino constituía-se de um emaranhado de Conselhos, Tribunais, Secretarias, Secretários e Juntas, numa verdadeira trama de urdidura política”.<sup>22</sup> Nessa lógica, por óbvio, nem sequer a Coroa estava necessariamente comprometida a afiançar o parecer de seus conselheiros. Com regimentos confusos e desordenados, os conflitos de jurisdição eram recorrentes no delineamento de políticas régias. Por exemplo, para reduzir os conflitos do Conselho Ultramarino com o Conselho da Fazenda, D. João IV determinou que o Presidente do Conselho Ultramarino fosse o conselheiro da Fazenda que exercia a Vedoria da Índia. Em sua primeira reunião de 2 de dezembro de 1643, o Conselho registrava a sua insatisfação quanto a este ponto.<sup>23</sup> Apenas para citar outro exemplo, existiam conflitos entre o Conselho Ultramarino, o Desembargo do Paço e o Conselho da Fazenda.<sup>24</sup>

Para além, não é possível se esquecer de que toda essa dinâmica de governo era conformada pela própria circulação de informações, que conectava o Império português. E de que ainda a permeava as relações entre os oficiais régios, constituintes dos quadros governativos e consultivos, bem como os seus interesses diversos, dispostos em intrincadas redes clientelares. A governabilidade dependia frequentemente da capacidade de a Coroa estabelecer alianças com figuras-chave nas sociedades

20 Idem.

21 Cf. BICALHO, Fernanda “As Tramas da Política: Conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos”, (texto inédito) in *A Trama das Redes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (no prelo).

22 Idem.

23 CAETANO, op. cit., p. 45.

24 CARDIM, Pedro. “‘Administração’ e ‘Governo’: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime”, in BICALHO, Maria Fernanda & FERNILI, Vera Lúcia. *Modos de Governar. Idéias e Práticas no Império Português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 45-68.

ultramarinas, verdadeiros pontos de articulação de redes sociais muitas vezes extensas, a exemplo das de João Fernandes Vieira ou as de Salvador Correia de Sá e Benevides.<sup>25</sup>

Um outro aspecto dessa gestão, que será privilegiado neste artigo, refere-se à hierarquização dos espaços ultramarinos na pauta política da Coroa. Nessa matéria, o Prata é área de interesse, posto que permite a plena visualização de alguns dos circuitos imperiais da monarquia pluricontinental. Não é possível compreender o interesse luso nessa área se não for, antes, especificado o seu papel nas rotas comerciais do Império. América portuguesa, Angola e Buenos Aires faziam parte de uma lógica mercantil, que tinha como eixo axial o tráfico negreiro. Como se pode verificar na própria documentação, a questão platina aparece freqüentemente vinculada a Angola, ou ao Rio de Janeiro ou ainda a Salvador. Portanto, o Prata somente existia na dimensão política portuguesa se encadeado a outras regiões do seu Império.

Se o principal artigo atlântico para venda em Buenos Aires eram os escravos de Angola, a prata remetida por esse porto liquidava parcela do pagamento referente às mercadorias adquiridas no Oriente, a exemplo de tecidos. Tais itens, por sua vez, eram empregados na aquisição de mais negros em Angola, iniciando-se desta feita novamente a engrenagem mercantil atlântica. Dessa maneira, o Prata se vinculava ao tráfico negreiro duplamente: como área receptora de cativos, por um lado; e como fonte de recursos para, indiretamente, viabilizar a aquisição de mão de obra em Angola. Não faz sentido pensar a inserção da região na pauta política da Coroa sem pressupor essa lógica.

## **PORTUGAL NO LABIRINTO: A RESTAURAÇÃO E A GESTÃO DA GUERRA NO ATLÂNTICO**

Conforme indicamos, durante a União Ibérica, América portuguesa, Angola e Buenos Aires faziam parte de uma lógica mercantil, cujo eixo axial era o tráfico negreiro. Contudo, a relativa estabilidade das relações comerciais entre Buenos Aires e as praças do Império português, todavia, foi fundamentalmente atingida após a Restauração dos Bragança de 1640.<sup>26</sup> Segundo explica Rafael Valladares, a situação lusa não era nada simples.<sup>27</sup>

25 FRAGOSO, J. & GOUVÊA, Maria. de Fátima. “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII” in *Revista Tempo*. RJ: 7 letras, 2009, no prelo.

26 GODINHO, Vitorino Magalhães. “Restauração” in SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Vol. VI. Porto: Figueirinhas, 1992, p. 307-326.

27 VALLADARES, Rafael. “Sobre reyes de inverno. El diciembre portugués y los cuarenta fidalgos (o algunos menos, con outros más)”, in *Revista d'Historia Moderna*. Barcelona: Universitat de Barcelona, nº 15, 1995, p. 103-136; do mesmo autor: “Portugal y el fin de la hegemonia hispanica”, in *Hispania: Revista Española de Historia*. Madri: LVI, núm. 193, 1996, p. 517-539; e ainda: “De ignorancia y lealdad. Portugueses em Madrid, 1640-1670”, in *Torres de los Lujanes*, Revista n 37, 1998, p. 122-134.

Na Europa, por exemplo, havia necessidade de por fim às guerras com Castela, de buscar reconhecimento internacional para a nova dinastia e de assegurar a delimitação das fronteiras do Reino. Para suplantar todos esses óbices, era necessário constituir alianças no velho mundo, de modo que os Bragança fossem capazes de ingressar em um dos lados da instável e complexa balança de poder que se configurava no teatro internacional.

Às questões diplomáticas, fundamentais ao reconhecimento da dinastia de Bragança, somavam-se inúmeros outros problemas. O primeiro estava vinculado à legitimação interna da nova dinastia no poder. O que poderia garantir ao novo rei que os domínios do além-mar não se manteriam fiéis a Filipe IV?

Em todo o Império, em seu momento fundacional, os Bragança precisavam de legitimidade política, pelo que deveriam ativar teias de reciprocidade clientelar, com o propósito de (re)significar noções de pertencimento, além de vincular antigas e novas relações sinalagmáticas, conforme uma dimensão contratual presente na cultura política do Antigo Regime português.<sup>28</sup> Em outras palavras, havia necessidade de se redefinir o pacto político entre o rei e seus vassallos, de modo a neutralizar a lealdade que tinham anteriormente ao monarca espanhol.

O sentimento de vinculação à Coroa era o instrumento primordial que permitia a integração dos distintos grupos que formavam as sociedades do Império ultramarino português. Tal vinculação, conformada pela segunda escolástica, era, então, a orientação valorativa geral, que viabiliza a sociedade; noutros termos, o Império não podia se entender ou permanecer integrado sem a figura legítima de um rei.<sup>29</sup>

Toda essa redefinição dos pactos de vassalagem com a Coroa causou profundas alterações na configuração da aristocracia reinol portuguesa. Conforme demonstra Nuno Gonçalo, quase metade das principais Casas desapareceu entre 1640 e 1670. Após as guerras, as grandes Casas tituladas do Reino passaram a viver em Lisboa, a partir de então, uma Corte e uma elite fechadas, protegidas pela

28 VALLADARES, Rafael. *Portugal y La Monarquía Hispánica*. Madri: Arco Libros, 2000. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”, in *Almanack Brasiliense* nº 02, 2005, p. 30-34. Especificamente acerca da justificação necessária para legitimar os Bragança no poder, ver MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O Rei no Espelho. A Monarquia Portuguesa e a Colonização da América*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 279-327 e FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo, Hucitec, 1997.

29 Lawrence Stone acredita que quando ocorre uma Revolução as instituições não detêm mais a crença da sociedade. Na análise do autor, são as instituições que permitem o funcionamento e a permanência do conjunto social. Por isso, Stone afirma que a monarquia só podia ter uma religião: para minimizar as contradições nos sistemas de normas. Sobre este ponto: STONE, Lawrence. *Causas da Revolução Inglesa*. São Paulo, Edusp, 2002, passim e BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Unesp, 2002, p. 82. Ver ainda Cf. PEREZ HERRERO, Pedro. “Sociedad y poder em las estructuras de Antigo Régimen coloniales (consideraciones teórico-metodológicas)”. in *La America Colonial. Política y Sociedad*. Madri: Síntesis, 2002, p. 134.

Coroa. Os Grandes muitas vezes perderam o seu poder militar, mas ganharam influência na Corte, ocupando, por exemplo, postos no Conselho de Estado.

Do ponto de vista administrativo, foi criado por decreto o Conselho Ultramarino, em 1642. O Órgão representava um esforço gerencial no sentido de se uniformizar a administração do Império, que afinal estivera durante sessenta anos sob comando espanhol. Em resumo, sua função era fiscalizar, examinar e vigiar, enfim, produzir subsídios para as decisões dos dinastas de Bragança.<sup>30</sup>

Um dos problemas a ser superado pela Coroa na América era a existência do quilombo de Palmares.<sup>31</sup> Além da independência jurídico-administrativa, Palmares dispunha de uma grande população, estimada por alguns entre dez e até trinta mil habitantes.<sup>32</sup> Acredita-se que o quilombo somente foi destruído, após várias tentativas, no início do século XVIII, tendo sido um imenso problema para a administração lusa na colônia. Os custos gerados pela fuga de negros da produção açucareira, bem como pelas ações militares demandadas, são incalculáveis.

Problema mais ponderável era referente à perda de Angola, consumada em agosto de 1641, quando os holandeses dominaram a praça africana de São Paulo de Luanda, sua capital.<sup>33,34</sup> Desde meados da década de 1630, os batavos enfrentavam o desafio de re-inserir a produção açucareira de Pernambuco nas dinâmicas do Atlântico. Ocupar o Nordeste não era sinônimo de explorar a sua produção: havia a necessidade de promover um tráfico regular de escravos africanos.<sup>35</sup>

A partir de então, destituídos do espaço que permitia a oferta de negros à América, os fluxos que compunham os circuitos mercantis do Atlântico sul português estiveram seriamente ameaçados. A tomada de Luanda foi seguida pela de Benguela e de São Tomé, importante pela sua produção

30 Em relação ao Conselho Ultramarino, ver BICALHO, “As Tramas da Política... op. cit., GOUVÊA, Maria de Fátima. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português”, in FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda Baptista & GOUVÊA, M. de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 285-315, especialmente p. 292; CAETANO, Marcello. O Conselho Ultramarino: esboço de sua história. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1967, passim; GARCIA, *Ensaio sobre a História...*, op. cit., p. 123-128; RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Governantes e Agentes” in BETHENCOURT, F & CHAUDHURI, F. (orgs.). *História da Expansão Portuguesa*. Vol 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 169; MYRUP, Erik Lars. *To Rule from afar: the overseas council and the making of the brazilian west, 1642-1807*. Tese de Doutorado apresentada na Universidade de Yale, 2006 e BARROS, op.cit.

31 ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes – Formação do Brasil no Atlântico Sul – Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 238-242; CARNEIRO, Edson. O Quilombo de Palmares. São Paulo: Editora Nacional, 1958, passim; e FREITAS, Décio. *Palmares: A Guerra dos Escravos*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, passim.

32 FREITAS, op. cit. p. 72.

33 A primeira ação eficaz dos batavos na África foi realizada em 1637, quando, após de seis anos de guerras praticamente contínuas no Nordeste, os holandeses sentiam a ausência de negros para as lavouras de açúcar. Enviaram uma expedição a Elmina, porto de embarque de escravos na Guiné, que cedeu após cinco dias de bombardeio. Verificar WATJEN, Hermann. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil: Um Capítulo da História Colonial do Século XVII*. Tradução de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938, p. 154.

34 A Cia das Índias Ocidentais detinha, a partir de então, os lucros do tráfico negreiro: comprava os escravos em Angola por preços que variavam de 40 a 50 florins, revendendo-os nos leilões em Recife por 200 a 800. Cf. *Ibidem*, p. 487.

35 PUNTONI, Pedro. *A Mísera Sorte. Escravidão Africana no Brasil Holandês e as Guerras do Tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 131.

açucareira.

A conquista de Angola pelos flamengos desorganizou profundamente as rotas mercantis do Império. Por exemplo, eliminou aos produtores do Rio de Janeiro a possibilidade de exportação de farinha de mandioca ao seu maior mercado consumidor. O comércio português no Rio da Prata, por seu turno, desintegrava-se na década de 1640. Sem dispor de escravos para comercializar, os agenciadores desse trato não dispunham de seu mais lucrativo item.<sup>36</sup>

Se as Guerras de Restauração traziam substancial carência monetária em todo o Império, a retração monetária na América, e a decorrente crise de liquidez, era freqüentemente explicada pelo desmantelamento do comércio com o Prata. Em um relatório sobre o Reino e o Ultramar, datado de 1643, o Padre Vieira enfatizava formalmente a importância ímpar de Angola, sublinhando a suposta vinculação entre a crise de liquidez por que passava a América portuguesa e o desmantelamento do comércio com Buenos Aires:

O Brasil – que é só o que sustenta o comércio e alfândegas e o que chama aos nossos portos [metropolitanos] estes poucos navios estrangeiros que neles temos – com a desunião do Rio da Prata, não tem dinheiro, e com a falta de Angola, cedo não terá açúcar, porque este ano não se recolheu mais que meia safra e no ano seguinte será forçosamente menos.<sup>37</sup>

Não custa ressaltar que Vieira resume neste relatório exatamente os nexos mercantis constituintes do Atlântico ao articular precisamente pontos sensíveis para a integração de todo o Império: o Reino, Angola e o Prata. Por tudo isso, os prejuízos eram enormes.

Por exemplo, em um famoso documento de 1643, o Conselho de Guerra sugeria que o monarca consultasse Salvador Correia, “*q tem gr.<sup>de</sup> expriença e conhecimento das coussas*”, para que desse um parecer sobre como não somente “*remediar os danos presentes, e futuros*”, mas ainda sobre o modo de como se fazer entrar pelo Rio de Janeiro “*algúa prata neste Rey.*”<sup>38</sup>

Salvador defendeu a invasão militar do Prata em seu parecer, mas não sem antes registrar a importância da reconquista de Angola, já que os negros eram “*a mercadoria q. os castelhanos mais necessitão*”.<sup>39</sup> Quanto à Angola, o ponto primordial de seu papel incitava a Coroa para que “*logo logo mande acudir aquella Reino*”, já que era muito sentida “*a falta do comercio de Angola porque sem*

36 Informação de Maserati ao Rei de Espanha (janeiro de 1680). *Arquivo Geral de Simancas*: Estado, legajo 7058, doc 14. Apud ALMEIDA, p. 91.

37 Cf. *Montruosidades do Tempo e da Fortuna*. 2 Ed. Vol. III. Porto, 1939, p. 75-76. Apud ALMEIDA, op. cit., p. 89.

38 Consulta do Conselho da Guerra sobre os justos receios de que os holandeses tentassem a ocupação da Baía, o que os tornaria senhores de todo o Brasil, e a urgente necessidade de tomar as devidas providências para os repelir no seu ataque àquela praça. Évora, a 17 de outubro de 1643. AHU, Rio de Janeiro, Castro e Almeida, Caixa nº 2, doc nº 243.

39 Idem.

*ella se prejudica m.<sup>to</sup> as fazendas do brazil e se aniquila o aumento da Real fazenda assi no brazil como neste Reino*". Finalmente, quanto ao nordeste, recomendava que se incentivasse o roubo e a destruição da campanha de Pernambuco, para que os flamengos aceitassem dinheiro para deixar a região.

O interessante é que os três pareceres dados por Salvador Correia de Sá retornaram para avaliação no Conselho de Guerra que, de modo geral, concordou com os seus alvites. Divergiram somente na questão dos holandeses no nordeste. Contrariamente ao sugerido por Salvador, o Conselho de Guerra optou por recomendar ao rei que procurasse a solução para a saída dos holandeses, "*gente tão prevenida*", por via diplomática.<sup>40</sup>

Em sua resposta, o Conselho percebera perfeitamente o ponto nervoso da dinâmica mercantil das rotas do Atlântico, e nesta matéria era sobremaneira taxativo: "*porq. sem Angola não se pode sustentar o Brazil, e menos Portug.<sup>l</sup> sem aquelle Estado*".<sup>41</sup>

Tal opinião circulava com frequência na corte por esta época. O Padre Antônio Vieira era um dos maiores defensores da importância de Angola. Com uma visão estratégica singular, escreveu ao Marquês de Nisa em agosto de 1648 que "*Todo o debate agora é sobre Angola, e é matéria em que não hão de ceder, porque sem negros não há Pernambuco, e sem Angola não há negros*".<sup>42</sup> O governador-geral Antônio Teles da Silva reforçava essas impressões ao escrever ao rei:

Angola, Senhor, está de todo perdida, e sem ela não tem Vossa Majestade o Brasil, porque desanimados os moradores de não terem escravos para os engenhos, os desfabricarão e virão a perder as alfândegas de Vossa Majestade os direitos que tinham em seus açúcares.<sup>43</sup>

Antônio Paes Viegas também escreveu dois papéis acerca da problemática imperial. No primeiro, lembrava que os holandeses estavam muito seguros em Angola, não havendo quem os "*inquietasse*".<sup>44</sup> No segundo, defendia que D. João IV deveria enviar o quanto antes uma armada ao Rio de Janeiro e dar ordens a Salvador Correia para que procurasse não apenas "*entabolar as minas e ouro de lauage*", mas ainda que amealhasse mantimentos e gente "*que melhor aturasse os ares de Angola*" para a sua reconquista.<sup>45</sup> Se possível, deveria retornar com negros africanos à América

40 Idem.

41 Idem.

42 Cf. Carta ao Marquês de Nisa, a 12 de agosto de 1648, in Cartas de Antônio Vieira. São Paulo: Globo, 2008, p. 190-192.

43 Cf. Ibidem, p. 222.

44 Parecer de Antônio Pais Viegas sobre o socorro a enviar a Angola. Cabo Ruivo, a 27 de abril de 1644. Papeis Politicos – Cod. 987 (K VII 31), fl. 499-499v, in *Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval*, doc. 71, p. 35.

45 Parecer de Antônio Pais Viegas sobre a recuperação de Angola. Cabo Ruivo, a 28 de abril de 1644. Papeis Politicos –

portuguesa, mantendo no Rio de Janeiro essa força naval pronta para prestar novos socorros ao outro lado do Atlântico, contra os holandeses ou contra o rei do Congo. Ou, então, a armada poderia saquear Buenos Aires, “*com que largamente se pagarião os gastos dela*”. Naquele porto poderiam trazer muito cobre, que Salvador Correia dizia haver em abundância.

Pouco tempo depois, o padre Vieira pressionava o monarca no mesmo sentido de Salvador Correia e de António Paes Viegas. Segundo o jesuíta, os paulistas deveriam invadir a Bacia do Prata, tomar várias de suas cidades e conquistar as minas do Peru, “*com grande facilidade e interesse luso, dano e diversão de Castela*”.<sup>46</sup> Em uma carta ao Marquês de Niza, Vieira detalhava melhor os seus planos, sugerindo ao Marquês que escrevesse ao Rei, como ele próprio o faria:

se pode intentar a conquista do Rio da Prata, de que antigamente recebíamos tão consideráveis proveitos pelo comércio, e se podem conseguir ainda maiores, se ajudados [pelos] de São Paulo marcharmos, como é muito fácil, pela terra dentro, e conquistarmos algumas cidades sem defesa, e as minas de que elas e Espanha se enriquece, cuja prata por aquele caminho se pode trazer com muito menores despesas.<sup>47</sup>

O projeto esboçado por Salvador de Sá, entretanto, não se concretizou neste momento. Divergindo frontalmente do Conselho de Guerra, o Conselho Ultramarino emitiu seu parecer após sete meses. Seus membros Jorge Castilho, Jorge de Albuquerque e João Delgado afirmaram (1644) que quanto a Angola “*tem V. Mag.<sup>de</sup> rezolutto o que fazer*”; sobre Buenos Aires, lembrava-se que Teles da Silva já tentara abrir o comércio, sem consegui-lo. E que não convinha “*em tempo de tantos apertos*” abrir novas frentes de guerra. Para o Conselho, Portugal deveria direcionar esforços diplomáticos, econômicos e militares para resguardar o que lhe sobrava no ultramar, defendendo suas possessões de espanhóis e holandeses. No que concerne ao nordeste, não se mencionou a via diplomática, conforme a orientação prévia do Conselho de Guerra, mas sim o conflito aberto a partir do envio de quinhentos homens das Ilhas Atlânticas.<sup>48</sup>

No caso particular que se apresentou, ainda que o Conselho de Guerra estivesse envolvido, o assessoramento produzido pelo recém criado Conselho Ultramarino foi o que prevaleceu.

Enquanto corriam na corte debates acerca do que se priorizar, na Bahia, Teles da Silva

Cod. 987 (K VII 31), fl. 500-501, in *Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval*, doc. 72, p. 35-36.

46 Cf. VIEIRA, Antônio. “Papel Forte”, in *Obras Escolhidas*, Vol III, p. 105. Apud ALMEIDA, op. cit., p. 100.

47 Cf. *Cartas do Padre Vieira, coordenadas e anotadas por João Lúcio de Azevedo*, p. 122.

48 Consulta do Conselho Ultramarino sobre os alvitres apresentados por Salvador Correia de Sá para remediar os prejuízos causados pelos holandeses no Brasil e para introduzir o comércio com Buenos Aires. Lisboa, a 10 de junho de 1644. AHU, Rio de Janeiro, Castro e Almeida, Caixa nº 2, doc. nº. 305.

escrevia à Câmara de São Paulo, em outubro de 1646, solicitando que se armasse e prontificasse uma expedição naval. Condiçãoada ao desfecho das negociações com os holandeses, deveria “*se emprehender com esta armada a conquista do Rio da Prata*”. Assim, em que pesem as decisões contrárias dos poderes centrais, manifestavam-se intenções de conquista militar do Prata na América.

Em meio à crise da ocupação holandesa em Angola, D. João IV chegou a consultar o Conselho Ultramarino acerca da possibilidade da mútua convivência de portugueses e holandeses naquela praça, em portos e locais distintos. Nessa consulta, o voto contrário de Jorge de Albuquerque à permanência dos holandeses foi decisivo. Conforme o entendimento do conselheiro,

para o bem deste Reyno [de Portugal], q. por todos os meyoys, se fizesse o possivel, p.<sup>a</sup> q. os Olandeses Largassem de todo aq.<sup>le</sup> Reyno [de Angola], ainda q. fosse á custa da fazenda de V.Mg.<sup>de</sup>, e da de seus Vassallos, porq. com as utilidades delle, em breves annos se recuperaria.<sup>49</sup>

Ou seja, mantinha o Conselho análogo entendimento acerca da importância trivial de Angola nos fluxos mercantis do Império.

Outro ponto de destaque nessa gestão se refere ao Nordeste. Muito conhecido é o “*papel forte*” do Padre Vieira, em que defendeu a entrega de Pernambuco aos holandeses. Parece pertinente destacar que o padre falava da entrega do nordeste, mas incitava uma invasão militar ao Prata. Contudo, outros eram do mesmo parecer. Por exemplo, em setembro de 1645, Lourenço de Brito Correia, com receio do socorro que a Holanda enviaria para o Nordeste, aconselhou que ele fosse tão logo evacuado pelos portugueses, sob risco de se ampliarem as despesas e de se perderem outras áreas, como a Bahia e as Índias.<sup>50</sup> Em 1647, Francisco de Sousa Coutinho prometia aos Estados Gerais, em nome de D. João IV, restituir todas as praças que os rebeldes de Pernambuco haviam tomado.<sup>51</sup> Em 1648, muitos papéis tratavam na Corte dos termos em que se assentariam as capitulações com a Holanda. Em outubro desse mesmo ano, o rei determinava que as condições dessa capitulação fossem analisadas pelo Conselho da Fazenda. O Conselho deveria enviar dois ministros para falar com Sua Majestade e, posteriormente, discutir o assunto com o Padre Vieira com todo o segredo.<sup>52</sup>

49 Sobre as conveniências q. se devem celebrar com os olandeses no Reyno de Angolla. Lisboa, a 17 de fevereiro de 1648. AHU, Consultas Mistas, Códice n 24, fl. 110.

50 Papeis politicos – Cod. 987 (k VII 31), fl. 491-492 v., in RAU, Virginia & SILVA, Maria Fernanda Gomes da (orgs.). *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval Respeitantes ao Brasil*. Volume I. Lisboa: Acta Universitatis Conimbriensis, 1956, Doc. 78, pág 38-40.

51 Papeis Varios, t. 7 – Cod 947 (k VIII Id), fl. 229v-231v., in RAU, Virginia & SILVA, Maria Fernanda Gomes da (orgs.). *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval Respeitantes ao Brasil*. Volume I. Lisboa: Acta Universitatis Conimbriensis, 1956, Doc 115, pág. 60-62.

52 Idem.

O Conselho de Estado, por meio do Conde de Odemira, ao comentar uma das propostas apresentadas por Francisco de Sousa Coutinho a D. João IV, ainda em outubro, indicava a possibilidade de entregar Pernambuco, desde que Portugal ficasse com Angola.<sup>53</sup>

Diante de vários papéis, o Conselho da Fazenda entendeu que se devia buscar a paz “*prepetua firme e segura*” com os holandeses, sem que houvesse, entretanto, ofensas a religião e a reputação do monarca.<sup>54</sup> Acreditava o Conselho que, primeiro, de nenhuma maneira se deviam restituir as praças do Brasil e África. Sem se devolver as praças, era “*ajustado*” oferecer dinheiro e drogas para a paz. Concordava que era preferível a guerra à restituição requerida pelos Estados Gerais.<sup>55</sup> Não custa lembrar que Salvador de Sá falara em oferecer dinheiro aos holandeses em seu parecer de 1643.

À margem da consulta, D. João IV determinava que se convocasse um tribunal para que em caso de fracasso das negociações com a Holanda fossem examinados os meios de defesa do Reino, “*tão exausto de gente e de cabedal*”, frente os Estados Gerais e Castela.<sup>56</sup>

Em novembro de 1649, Gaspar Dias Ferreira, mercador de muitos anos no Brasil, apresentou uma alternativa para a feitura da paz em uma audiência com o rei.<sup>57</sup> Considerava a restituição das capitanias reconquistadas e a reocupação do nordeste opções impraticáveis. Todavia, apostava na “*composição por dinheiro*” para a compra dos territórios, o que também não lhe parecia fácil. Como pontos negativos em seu assessoramento, o próprio Gaspar lembrava as dificuldades sérias em se movimentar fundos nessa conjuntura. Por notícia da Holanda, enviadas por seu primo, Francisco Ferreira Rebelo, advertia que os flamengos consideravam a compra dos territórios ocupados uma “*inormidade indigna de sua reputação*”, já que o rei apenas não entregava Pernambuco pelas pressões dos vassallos do Brasil.<sup>58</sup>

Soluções para obtenção de recursos financeiros começavam a ser pensadas. Nesse sentido, por exemplo, Manuel Fernandes Cruz, antigo morador de Pernambuco, escreveu longa exposição de motivos ao monarca.<sup>59</sup> Por dedução, especulava Manuel que seria possível incrementar o comércio,

53 Papeis Varios, t. 29 – Cod. 874 (K VIII Im) fl. 328v.-331v, in RAU, Virginia & SILVA, Maria Fernanda Gomes da (orgs.). *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval Respeitantes ao Brasil*. Volume I. Lisboa: Acta Universitatis Conimbriensis, 1956, Doc 134, pág 74-81

54 Consulta do Conselho da Fazenda sobre as capitulações com a Holanda. Lisboa, a 14 de dezembro de 1648. Papeis Varios, t. 2 – Cod. 874 (K VIII Im), fl. 340-341, in *Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval*, doc. 135, p. 81-82.

55 Idem.

56 Idem. Despacho régio à margem. Lisboa, a 24 de dezembro de 1648.

57 Exposição enviada a el-Rei por Gaspar Dias Ferreira, sobre as possibilidades de se fazer a paz com a Holanda. Papeis Varios – Cod. 1090 (K VIII Ia), fl. 47-48v, in *Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval*, doc. 146, p. 87-89.

58 Idem.

59 Arbítrio em benefício comum que inculca o modo conveniente para se haver o resgate desta praça [de Pernambuco] em caso que o holandês a largue por preço de dinheiro; ou bem se possa sustentar a guerra, quando pelas armas se liberte; e se socorra com um grosso empréstimo aos moradores para levantarem os seus engenhos, e os fabricarem sem dispêndio da fazenda real. Pernambuco, a 20 de agosto de 1650. Papeis Varios, t. 2 – Cod. 1091 (K VIII Ib), fl. 1-5v; fl. 18-22; Papeis

única forma de tornar poderoso o Reino, e “sacar” muita prata e ouro do Peru, devido à vizinhança que tinha com Buenos Aires, havendo, para esse porto, caminho já aberto e facilidade de se abrir outros. O fundamento primacial do parecer consistia no seguinte: a Coroa deveria estabelecer o estanco do trato das peças de Angola para a América portuguesa, por um período de cinco anos, trazendo-as às custas da fazenda real. Quinze ou dezesseis mil peças deveriam deixar Angola anualmente, sendo distribuídas cinco mil para Pernambuco, quatro mil para a Bahia, três mil para o Rio de Janeiro, a um preço de sessenta mil réis cada uma, e as demais para o Rio da Prata. Já deduzida a mortandade estimada de escravos, e se considerando somente as que dessem entrada na América portuguesa, a receita do período deveria perfazer cerca de sete milhões e quinhentos mil cruzados.<sup>60</sup> Para que os efeitos negativos do estanco não fossem sentidos, os negociantes reinóis teriam autorização para vender seus artigos em Angola, contando que nos cinco anos poderiam comercializar escravos africanos no Rio da Prata. Tais negociantes deveriam poder vender peças em São Vicente, já que os “peruleiros” costumavam lá negociar. Em decorrência, estaria o Estado do Brasil muito opulento, porque reteria muita prata “*pello emprego dos asucares que farão os que por aqui passarem de volta de Buenos Ajres*”.. Conforme concluía Manuel Cruz, o parecer buscava de fato o “*benefício comum*”: não haveria prejuízo a fazenda real; os vassallos da América não protestariam em virtude de o preço de sessenta mil réis ser razoável, além de estarem isentos de décimas, fintas e tributos; enquanto os negociantes do Reino teriam seu prejuízo sanado pela compensação de comercializarem diretamente com o Prata.<sup>61</sup>

Mais uma vez, o Prata aparecia na gestão do Império, porém agora vinculado ao levantamento de fundos para a compra do Nordeste.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No difícil contexto do pós-restauração, em que D. João VI buscava se conservar no trono, a noção de auto-regulação, associada à preocupação com o bom governo, permeava a complexa definição de prioridades da Coroa. Não sem tensões e fraturas, Conselhos e homens de governo discutiam os caminhos para a administração patrimonial, militar e financeira do Império.

Graças a uma circulação de informações, refletiam acerca dos espaços que deveriam ganhar

Varios, t. 34 – Cod. 976 (K VIII Ir), fl. 171-175v, in *Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval*, doc. 149, p. 90-96.

60 Idem.

61 Idem.

destaque na política ultramarina, explicitando os nexos intrincados de uma monarquia pluricontinental. Assim, alguns defendiam uma invasão a Buenos Aires, outros debatiam a conveniência da guerra, da entrega ou da compra de Pernambuco, mas todos concordavam com a reconquista de Angola.

Se o sonho das Índias sobreviveu no pensamento dos grandes conselheiros do Reino até fins do século XVII, a idéia maravilhosa de um comércio português no Rio da Prata, infalivelmente lucrativo e maior responsável pela entrada de moeda na América, perduraria por anos nas narrativas e despachos de muitos outros homens de Estado. Com efeito, muitos conselheiros na corte concordavam que a solução para os problemas portugueses partia da reorganização dos circuitos comerciais do Atlântico. O Prata se conectava a esse desafio de gestão.

## BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS

### Fontes

- AHU (*Arquivo Histórico Ultramarino*) – Fontes digitalizadas do “Projeto Resgate”.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos*. Diversos Volumes. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1928.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Introdução de Capistrano de Abreu; notas de Rodolfo Garcia. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977.
- LUNA, Carlos. *Campaña Del Brasil – Antecedentes Coloniales. Documentos referentes a la guerra de la independência y emencipación politica de la República Argentina y de otras secciones de América*. Segunda série, dirigida por Carlos Corrêa Luna (1535-1749). Tomo I. Buenos Aires: Archivo General de la Nación, 1931.
- RAU, Virginia & SILVA, Maria Fernanda Gomes da (orgs.). *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval Respeitantes ao Brasil*. Volume I. Lisboa: Acta Universitatis Conimbriensis, 1956.
- SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal*. 18 Vols. Londres: Hydrographic Office Admiralty, 1842
- VIEIRA, Antônio. *Cartas do Padre Vieira, coordenadas e anotadas por João Lúcio de Azevedo*. 3 Vols. São Paulo: Globo, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Escritos Históricos e Políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

### Livros, artigos e teses

- ALMEIDA, Luís Ferrand. *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil (1493-1700)*. Coimbra: FLUC, 1957.
- \_\_\_\_\_. *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes – Formação do Brasil no Atlântico Sul – Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. 3ª Ed. Tradução de Suely Bastos e Paulo Henrique Brito. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BARROS, Edval de Souza. *Negócios de tanta importância: o Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- BICALHO, Fernanda “As Tramas da Política: Conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos”, (texto inédito) in *A Trama das Redes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (no prelo).
- \_\_\_\_\_. “Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”, in *Almanack Brasiliense* nº 02, 2005, p. 21-34.
- BOXER, Charles R. *Salvador Correia de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola. 1602-1686*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973.
- \_\_\_\_\_. *O Império Marítimo Português-1415-1825*. Tradução de Inês Silva. Lisboa: Edições 70, 2001.
- CANABRAVA, Alice Piffer. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. (Col. Reconquista do Brasil; nova série; v. 82). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.
- CARDIM, Pedro. “‘Administração’ e ‘Governo’: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime”, in BICALHO, Maria Fernanda & FERNILI, Vera Lúcia. *Modos de Governar. Idéias e Práticas no Império Português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 45-68.
- CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos Mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1965.
- COSTA, Fernando Dores. “O Conselho de Guerra como lugar de poder: a delimitação da sua autoridade”, in *Análise Social*, Vol XLIV (191). 2009, p. 379-414.

- ELLIOTT, J. H. “A Espanha e a América nos Séculos XVI e XVII” in BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina Colonial, Vol I*. 2ª Ed. 1º Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.
- FRAGOSO, João. “A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)” in *Topoi – Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ*. Rio de Janeiro: UFRJ/ 7 Letras, n. 1, 2000, p. 45-122.
- \_\_\_\_\_. “Um mercado dominado por ‘bandos’: ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do Rio de Janeiro seiscentista” in FRAGOSO, João; MATTOS, Hebe e TEIXEIRA, Francisco (orgs.). *Escritos sobre História e Educação: Homenagem à Maria Yeda Linhares*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2001.
- \_\_\_\_\_.; BICALHO, M. Fernanda Baptista & GOUVÊA, M. de Fátima. “Uma leitura do Brasil Colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império” in *Penélope*, nº 23, 2000, p. 67-88.
- \_\_\_\_\_ & GOUVÊA, Maria de Fátima. “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII” in *Revista Tempo*: RJ: 7 letras, 2009, no prelo.
- FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- GARCIA, Emanuel Soares da Veiga. *O Comércio Ultramarino Espanhol no Prata*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. 4Vols. Lisboa: Presença, 1987.
- \_\_\_\_\_. “Finanças Públicas e Estrutura do Estado” in *Ensaio II*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1978.
- GOUVÊA, Maria de Fátima. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português”, in FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda Baptista & GOUVÊA, M. de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 285-315.
- \_\_\_\_\_. “Diálogos Historiográficos e Cultura Política na Formação da América Ibérica” in SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Culturas Políticas: Ensaio de História Cultural, História Política e Ensino de História*. Rio de Janeiro:

Mauad, 2005, p. 67-84.

- \_\_\_\_\_ e NOGUEIRA, Marília. “Cultura política na dinâmica das redes imperiais portuguesas, séculos XVII e XVIII”. In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 90-110.
- HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan – Instituições e Poder Político em Portugal – Séc. XVII*. Lisboa: Almedina, 1994.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1978.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elites e Poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. 2ª Ed. Rev. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O Rei no Espelho. A Monarquia Portuguesa e a Colonização da América*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y Control Colonial en el Siglo XVII. Buenos Aires, el Atlantico e el Espacio Peruano*. Buenos Aires: Bibliotecas Universitárias, 1988.
- MYRUP, Erik Lars. *To Rule from afar: the overseas council and the making of the brazilian west, 1642-1807*. Tese de Doutorado apresentada na Universidade de Yale, 2006.
- \_\_\_\_\_. “Governar a distância: o Brasil na composição do Conselho Ultramarino (1640-1833)”, in SHWARTZ, Stuart & MYRUP, Erik Lars (orgs.). *O Brasil no Império Marítimo Português*. São Paulo: EDUSC, 2009.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Governantes e Agentes” in BETHENCOURT, F & CHAUDHURI, F. (orgs.). *História da Expansão Portuguesa*. Vol 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 169-171.
- SAMPAIO, Antônio C. Jucá de. *Na Curva do Tempo, na Encruzilhada do Império: hierarquização social e estratégias de classe – a produção da exclusão (Rio de Janeiro: 1650-1750)*. Tese de Doutorado. Niterói, PGHS/UFF, 2000.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Econômica*. Lisboa: Difel, 1995.
- SUBTIL, José. “Os Poderes do Centro” in HESPANHA, Antonio Manuel (org). *História de Portugal. O Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998.
- WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. “O Funcionário Colonial entre a Sociedade e o Rei”, in PRIORE, Mary del (org). *Revisão do Paraíso*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 139-

159.

- XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, António Manuel. “A representação da sociedade e do poder”, in HESPANHA, António Manuel (org). *História de Portugal, o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 121-153.



# MILITARIZAÇÃO E NAÇÃO: O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO NA ARGENTINA E NO BRASIL EM UMA PERSPECTIVA COMPARADA (1900-1916)

Fernanda de Santos Nascimento<sup>1</sup>

A discussão acerca do serviço militar obrigatório levantou grandes debates tanto no Brasil quanto na Argentina. Embora o país vizinho tenha baixado uma lei regulando este princípio muito mais cedo que o Brasil, os militares brasileiros tinham consciência da necessidade do mesmo desde a guerra do Paraguai (1864-1870). No país vizinho, além da causa estritamente militar – o aumento de efetivo - um dos motivos para tal foi a necessidade de combater o cosmopolitismo da população argentina. Logo, o serviço militar obrigatório foi considerado como um ente responsável pela proliferação dos ideais de nação e patriotismo entre a população. Tal fato é encontrado nos dois países tanto na campanha do General Riccheri a favor do serviço militar obrigatório quanto na campanha patriótica conduzida por Olavo Bilac, no Brasil, entre 1915 e 1916. Assim, estudar a instituição do serviço militar obrigatório como parte do emaranhado de ações a fim de se constituir a nacionalidade de um país é o objetivo deste estudo. Para tanto se utilizará a História comparada como ferramenta de estudo e compreensão da história.

O método comparativo é introduzido na ciência história a partir de 1928, quando do lançamento do clássico texto de Marc Bloch “por uma história comparada das sociedades européias”.<sup>2</sup> Neste texto Bloch apresenta um estudo entre as sociedades francesa e inglesa demonstrando que, um fenômeno até então não creditado a sociedade francesa – o chamado fenômeno dos “enclosures” – existiu, de fato, na sociedade francesa. Esta percepção só foi possível ao se utilizar o método comparativo. Para Bloch a comparação consiste em escolher fenômenos que se pareçam e que ocorram em ambientes distintos elencando suas diferenças e semelhanças explicando assim um processo histórico. A comparação, na visão de Bloch, permite ao estudioso perceber características que em um estudo unilateral fossem passar despercebidas. Ao comparar um objeto distinto com outro onde semelhanças e diferenças possam ser elencadas o processo permite um maior refinamento da pesquisa. Para Jürgen Kocka a comparação tem ainda o poder de *desprovincializar*, lançando um olhar mais apurado aos problemas

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS. Bolsista CNPq. Email: fernandaisrael@gmail.com

<sup>2</sup> BLOCH, Marc. Para uma História Comparada das Sociedades Européias. In: **História e Historiadores**. Textos reunidos por Etienne Bloch. Lisboa: Teorema, 1998. p. 119-150

da história com conseqüências positivas para o clima e o estilo da profissão do historiador.<sup>3</sup>

Embora o método comparativo seja de complexa aplicação parece não haver dúvidas quanto aos seus benefícios. Possivelmente seja a complexidade de aplicação do método a responsável pela pequena gama de historiadores a se dedicar a ele. Assim, nos parece de grande relevância para a história dos nacionalismos de cada um dos países envolvidos e suas relações com a sociedade a aplicação do método já que existe certa similaridade entre os processos ocorridos tanto na Argentina quanto no Brasil.

Na Argentina o serviço militar obrigatório foi iniciado através de lei, publicada em setembro de 1901 e ratificada por nova lei de 1905 que previa o serviço militar obrigatório para todos os homens de 20 anos de idade. Seu grande defensor foi o ministro de guerra do governo Julio Roca, General Pablo Riccheri. No Brasil, o serviço militar obrigatório passou a ser discutido após a Guerra do Paraguai com um exemplo latente: a convocação de voluntários foi muito mais um problema do que uma solução propriamente dita. Ficou claro a uma parcela da oficialidade brasileira que depender da convocação de homens sem uma instrução militar necessária era bastante perigoso. Isto ficou evidente tanto durante a Guerra do Paraguai, com a crescente dificuldade de mobilização de recrutas como na Campanha de Canudos (1896-1897), onde o péssimo manejo do fuzil pelos soldados ficou evidenciado.<sup>4</sup> Embora a primeira lei do serviço militar obrigatório tenha sido baixada em 1874 ela, de fato, nunca entrou em vigor. Foi fruto da agitação republicana no seio da instituição armada após a Guerra do Paraguai.

A consciência se agrava com as campanhas de Canudos e com a questão fronteiriça no Acre, no início do século, que deixam o Exército bastante desfalcado. Mesmo a Constituição de 1891 prevendo o dispositivo do serviço militar obrigatório ele não entrou em vigor antes de 1916. Na Argentina, o temor de uma guerra de fronteiras com o Chile parece ser uma das justificativas para baixar a nova lei como também à necessidade de profissionalizar a instituição militar, além de instituir a coesão cultural e cívica do país utilizando um dos braços do Estado nesta tarefa.

O serviço militar obrigatório parece estar muito mais ligado ao profissionalismo do Exército argentino do que no Exército brasileiro. E este profissionalismo está intimamente relacionado à

3 KOCKA, Jürgen. Comparasion and Beyond. In: History and Theory. Volume 42, N. 1, February 2003. p. 39-44

4 Sobre o recrutamento de soldados no Exército para a Guerra do Paraguai, recomendamos o artigo de IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao Recrutamento para o Exército durante as Guerras civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860. In **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: no. 27, 2001. p. 84-109. Referencias aos problemas na Campanha de Canudos podem ser encontrados nas obras de CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005 e MCCAN, Frank D. **Soldados da Pátria**. Companhia das Letras, São Paulo, 2007.

contratação de uma missão militar estrangeira de instrução. Em linhas gerais, no final do século XIX e no início do XX ocorreu a contratação de missões estrangeiras pelos países em desenvolvimento ou de fraca tradição militar. Manuel Neto esclarece quanto a função destas missões: seu objetivo final seria assegurar um mercado seguro, através da influência diplomática, para os produtos produzidos pelos países mais adiantados. Assegurando o predomínio na esfera militar, os governos podiam não só oferecer seus produtos bélicos como também adentrar outras esferas de influência comercial.<sup>5</sup> Também Frank D. McCann afirma que “*as potências europeias consideravam as missões militares de treinamento parte da parafernália de suas relações exteriores*”.<sup>6</sup> Pelo lado argentino a missão militar alemã possui o crédito de profissionalizar o exército argentino de tal forma que esta característica é salientada por diversos autores.<sup>7</sup> No Brasil, a Missão Militar francesa será a responsável pela reforma no ensino e nos estabelecimentos fabris militares, arsenais e munição. Embora o Brasil tenha utilizado o mesmo método – a contratação de uma missão estrangeira – o caráter profissional do exército Brasileiro não foi acentuado.

Modernizar era a palavra do momento: tanto do lado brasileiro como do lado argentino essa era uma aspiração das Forças Armadas desde o final do século XIX. O ideal da modernização dos exércitos era perseguido por todas as nações com tradições militares pouco fortes como no caso do Brasil ou por países em processo de desenvolvimento militar como o Japão ou a Turquia. Logo, a idéia de modernização – que passaria pela assessoria externa de militares – nada mais era que uma europeização dos exércitos.<sup>8</sup>

O ideal de modernização como um reflexo europeu aparece também no discurso dos próprios militares argentinos. O general Riccheri havia sido um militar de formação essencialmente estrangeira e se propunha, de acordo com Rouquié, a transformar o exército argentino em uma instituição militar “*digna de los países europeos más adelantados*”.<sup>9</sup> Mesmo para o general Capdevilla, contemporâneo de Riccheri mas ligado ao velho exército argentino, era necessário se inspirar nos métodos dos exércitos europeus, sobretudo o alemão, pois este “*ofrece el mayor ejemplo y el mejor modelo*”.<sup>10</sup> Portanto, buscar modelos no exterior e reproduzir as práticas apreendidas era um símbolo de progresso. Neste

5 DOMINGOS NETO, Manuel. Influência Estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930). IN ROUQUIÉ, Alain (org). **Os Partidos Militares no Brasil**. Record: Rio de Janeiro, 1980. p. 50.

6 MCCANN, Frank D. A influência estrangeira no Exército Brasileiro (1905-1945). IN Camargo, Aspásia (org). **Seminário da Revolução de 30**. Brasília: UNB, 1983. p. 213

7 Em todas as obras consultadas sobre a história da república argentina tal aspecto é salientado.

8 MCCANN, Frank D. op. cit., p. 213

9 ROUQUIÉ, Alain. **Poder Militar Y Sociedad política em La Argentina I (hasta 1943)**. Emece. Buenos Aires, 1979. p. 82.

10 ROUQUIÉ, Alain. op. cit., p. 87

sentido, o serviço militar obrigatório seria um destes símbolos.

A contratação de missões, tanto pelo Brasil como pela Argentina, é vista também como uma consequência do próprio desenvolvimento econômico de ambos os países, de significativa dependência externa no período. As elites agro-exportadoras viam com naturalidade a presença de estrangeiros no meio militar e não questionavam, de forma geral, a nova dependência que a independência da modernização viria a causar.

No início do século XX a matriz militar só poderia vir de duas fontes: da Alemanha ou da França. Ambos os países possuíam uma forte tradição militar e as maiores indústrias de material bélico do mundo. Embora tenha sido a Inglaterra a precursora da revolução industrial sua condição geográfica fez com que os investimentos militares fossem utilizados muito mais em favor da consolidação de uma marinha de guerra do que na criação de um exército terrestre forte.

De acordo com Robert Potash o profissionalismo do exército argentino cresce a medida que vai sendo incorporada a influência militar alemã.<sup>11</sup> Este processo vai ser verificado a partir de 1900 quando a Escola Superior de Guerra abriu a suas portas e metade do corpo docente era de militares alemães. Estes oficiais, que começam a chegar à Argentina a partir de 1899 trabalharam até as vésperas da I Guerra Mundial. A influência alemã na Escola Superior de Guerra se estenderá até o final da Segunda Guerra Mundial. Do mesmo modo se inicia a prática de enviar oficiais argentinos para estágios no exército alemão. De acordo com Potash

La experiencia fortaleció el sentido de profesionalismo en el Ejército argentino en general. Precisamente estos oficiales fueron designados más tarde como instructores de las escuelas militares argentinas y alcanzaron elevados cargos administrativos no Ejército argentino en la década de 1920.<sup>12</sup>

Profissionalizar para o Exército argentino tem o seguinte significado: antes das leis de 1901 a instituição militar argentina era extremamente desorganizada. A tropa deveria ser composta por voluntários, mas na maioria das vezes os homens eram ou obrigados a se engajar ou mandados para servir por conta de dissidências políticas. Era comum recrutar condenados pela justiça e a oficialidade carecia de uma instrução técnica embora em 1869 tenha sido criado o Colégio Militar. Até 1901 a maior parte da oficialidade não tinha formação técnica e eram incorporados de forma direta, isto é,

11 POTASH, Robert A. **El ejército y la política em La Argentina 1928-1945**. Editorial Sudamericana. Buenos Aires, 1981. p. 18

12 POTASH, Robert A. op. cit., p. 19

eram civis que recebiam patentes militares como forma de distinção e se engajavam na instituição. Nessa conjuntura o Exército servia a motivos políticos essencialmente: Rouquié acentua que, após a independência argentina até o início do século XX, o Exército serviu para reforçar o poder estatal através de sua ação unificadora a serviço do estado federal. Nesse sentido, o exército era “*El brazo secular de la oligarquía en el poder, el instrumento político del grupo dirigente*”.<sup>13</sup> Embora os militares tivessem o poder militar compreendido como força bélica a organização era deficitária.

Portanto, a instauração do serviço militar obrigatório no contexto da profissionalização e da modernização do corpo de oficiais do exército argentino se inscreve no grande esforço da sociedade argentina em se aproximar do modelo europeu. O Exército, composto de cidadãos, seria o espelho da nação. Nesse sentido, um deputado se manifestou ao igualar a conscrição como o “*ejército del sufragio universal*”.<sup>14</sup> A derradeira associação entre o serviço militar e o ideal de democracia havia sido feito: os cidadãos argentinos seriam soldados antes de serem verdadeiramente eleitores e isso teria uma consequência direta: de acordo com Rouquié o exército do serviço militar obrigatório estaria encarregado de moldar a mentalidade dos futuros eleitores.<sup>15</sup> Assim sendo, a associação do serviço militar obrigatório e os ideais republicanos é freqüente sendo o próprio serviço militar um dos pilares da idéia republicana de nação.

O serviço, iniciado através de lei publicada em setembro de 1901 e ratificada por nova lei de 1905, era obrigatório para todos os cidadãos argentinos com 20 anos de idade. Mas por conta de limitações econômicas apenas uma fração da classe em idade de servir era chamada através do sorteio militar. Ainda assim, existiam restrições ao serviço obrigatório a estudantes e homens que provassem o manejo de armas de fogo ou participassem de clubes de tiro. A estes a prestação obrigatória era liberada. É claro que este sistema seletivo abarcava principalmente os pobres e imigrantes correspondendo a objetivos sociais e políticos.

Além disso, a função moral e cívica do exército exerce capital importância em um país de imigração massiva como foi a Argentina. Basta lembrar que ao longo do século XIX a imigração européia para a Argentina foi bastante estimulada e teve um crescimento abrupto nas décadas finais do século XIX. A população de 1,8 milhão de habitantes de 1869 foi transformada num total de 7,8 milhões em 1914. Em 1895 dois em cada três habitantes da cidade de Buenos Aires eram estrangeiros

13 ROUQUIÉ, op. cit., p. 79

14 ROUQUIÉ, op. cit., p. 82

15 Ibid, p. 83

e mesmo em 1914, quando muitos destes imigrantes já haviam tido filhos argentinos, metade da população ainda era estrangeira.<sup>16</sup> Portanto, a função cívica do exército age contra os males do cosmopolitismo da sociedade.

A fim de incorporar estes imigrantes, a partir de 1890 foi dada uma grande ênfase na educação como agente cívico e patriótico junto as populações estrangeiras. Para Luis Romero a formação da cidadania argentina foi um processo lento e trabalhoso, principalmente por conta do pouco interesse dos estrangeiros em se naturalizar e participar das ações políticas.<sup>17</sup> De fato, a elite argentina preocupou-se em como estabelecer uma identidade nacional a partir de um povo tão heterogêneo e distante da influencia espanhola. Assim junto com o pilar mestre da educação, o serviço militar obrigatório participou do processo de homogeneização cultural onde o Estado interveio diretamente com o objetivo de estimular a coesão cultural e nacional do país através do apego patriótico aos valores nacionais. Além disso, o Exército forneceu ao ideário de nação argentina valores e símbolos sem os quais não se pode moldar um pensamento nacional: a recordação dos feitos grandiosos dos heróis militares nacionais e os cultos relacionados ao patriotismo estão, inegavelmente, ligados instituição militar.

#### Como assinala Rouquié

El objetivo del servicio militar obligatorio es pues, según un oficial, hacer ciudadanos argentinos apartir de un ‘conglomerado híbrido y confuso’, renacionalizar el alma nacional desembarazándola de ‘exotismos que la debilitan y de impurezas que la descomponen’. El ejército se convierte en el portaestandarte de la civilización en el sentido que el grupo dirigente da a este término desde Sarmiento.<sup>18</sup>

Nesta passagem Rouquié cita trechos de um livro escrito por um Tenente Coronel em 1918. Como é possível observar, os militares tinham plena consciência desta missão civilizadora e nacional, sobretudo em relação ao aspecto cosmopolita da sociedade argentina. Também outro alto oficial pensava desta forma: em discurso em outubro de 1910 o Tenente Coronel Maligne escreveu que *“hoy, El ejercito es la nación, es como su armazón externa de acero que le asegura la cohesión de sus partes y la preserva de choques y caídas”*.<sup>19</sup> O Exército tem, portanto, o papel de *argentinizar* o estrangeiro e forjar sua identidade nacional. Tal discurso também será encontrado na campanha

16 ROMERO Luis Alberto. **História Contemporânea da Argentina**. Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2006. p. 2 1

17 ROMERO op. cit., p. 24

18 ROUQUIÉ, op. cit.,p. 84

19 Ibid, p. 83

patriótica promovida por Olavo Bilac no Brasil a partir de 1915.

Até o início do século XX, o Exército brasileiro não havia progredido significativamente, em termos sociais, desde o período colonial.<sup>20</sup> Os cadetes eram oriundos das classes mais baixas da sociedade, não raro analfabetos e com problemas de saúde. O Exército era visto como produto da “triste índole lusitana e nossos grandes defeitos em educação”.<sup>21</sup>

Parte deste problema advinha do fato de que o Exército estava constituído como força profissional, mas não como força preparada para a guerra. Em decorrência disso, no final do século XIX, cumprindo o papel que lhe havia sido designado pela Constituição de 1891 na campanha de Canudos, esta se revelou especialmente desastrosa. A derrota de três expedições militares deixou o povo brasileiro em polvorosa, evidenciando os graves problemas da instituição, sobretudo em termos de efetivos. Ainda no início do século XX, as campanhas militares na fronteira do norte do Brasil, por conta da disputa do Acre, iriam deixar os quartéis vazios ou desfalcados.<sup>22</sup> Entre os anos de 1903 e 1904, o Exército Brasileiro contava com um efetivo de aproximadamente 15 mil homens, embora a Lei n. 1220 de 24 de agosto de 1904 houvesse previsto um efetivo de 28 mil praças para o ano de 1905.<sup>23</sup> No entanto, nos anos seguintes a curva de crescimento será constante.

Na busca de solução para o problema, decide-se colocar em prática um dispositivo já previsto pela Constituição de 1891: o recrutamento militar, a fim de completar os claros de pessoal do Exército, além de formar turmas anuais de soldados que pudessem ser incorporados e mobilizados em períodos de crise. Tal dispositivo previa que o recrutamento seria realizado mediante sorteio.

E o recrutamento veio, em um primeiro momento, através dos chamados Tiros de Guerra. Os Tiros de Guerra eram associações civis que passaram a formar a primeira reserva organizada do Exército. Um dos problemas evidenciados em Canudos foi o péssimo manejo do fuzil pelos soldados e, a partir de 1898, o comando do Exército passou a incentivar os exercícios de tiro ao alvo. Já em 1896 criou-se a Confederação Brasileira, como forma de aproximar os jovens das classes média e alta do serviço militar.<sup>24</sup>

20 HAYES, Robert. **Nação Armada. A Mística Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1991. p. 116.

21 HAYES, op. cit., p. 116. Os problemas do Exército Brasileiro neste período são tratados também no artigo “O serviço militar obrigatório” de Frank D. McCann, contido no livro **A Nação Armada** constante na bibliografia deste trabalho. Detalhes também podem ser vistos nos relatórios anuais do Ministério da Guerra escritos durante o ministério do Marechal Francisco de Paula Argolo (1902-1906) e do General Hermes da Fonseca (1906-1909).

22 MCCANN, Frank D. **A Nação Armada. Ensaio sobre a História do Exército Brasileiro**. Recife. Ed. Guararapes, 1982. p. 33.

23 MALAN, General Alfredo Souto. **Missão Militar Francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1988. p. 34.

24 CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 22.

Apesar dos prós e contras, estudiosos aceitam o fato de que é a partir da formação dos Tiros de Guerra que se dá uma organização mais sólida ao Exército e se tenta produzir o sonhado efetivo para os tempos de crise:

Foi a época durante a qual se deu pela primeira vez ao Brasil uma organização militar de base regional arcabouçada na prévia existência de grandes unidades de organização permanente, embora ainda bastante incompleta, mas que denunciava bom senso das realidades nacionais e dos interesses principais de preparação para a guerra.<sup>25</sup>

Em 1908 é baixada a lei do serviço militar obrigatório, previsto por dispositivo da Constituição de 1891. A aprovação da lei em 1908 uniu os esforços da classe média urbana e dos oficiais militares, a exemplo do que já havia ocorrido em França ou Estados Unidos. Parte desta associação provém da lógica de que o corpo de oficiais era cada vez mais oriundo da classe média. A conseqüente militarização de todos os civis era a maneira de transmitir as virtudes da classe média burguesa à sociedade. Mas a lei não entrou efetivamente em vigor.

Em um segundo momento, o recrutamento foi levado a efeito através do sorteio militar em grande campanha efetuada principalmente pelos militares denominados Jovens Turcos e pela revista por eles lançada **A Defesa Nacional** em 1913.<sup>26</sup> Este grupo tinha como objetivo tornar o Exército uma instituição profissional, através do estudo de problemas de natureza militar. Este pensamento opunha-se de forma radical ao movimento humanista observado nas escolas militares do Brasil.<sup>27</sup> Os artigos, em geral, se restringiam a traduções das técnicas aprendidas junto ao Exército alemão durante o estágio dos principais redatores. Além disso, os redatores da revista possuíam um projeto de nação que os influenciaria a seguir pelos caminhos da política. Como indica já em seu primeiro editorial “*o Exército, única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente, vai, às vezes, um pouco além de seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator de transformação política ou de estabilização social*” (ADN, 1:1913). Estava claro para os jovens editores de A Defesa Nacional o papel reservado ao Exército como instituição de caráter nacionalizante e ator principal na transformação dos aspectos sociais e político do país. Nesse sentido, o problema do recrutamento foi discutido desde o primeiro número da revista.

<sup>25</sup> MAGALHÃES, op. cit., p. 323.

<sup>26</sup> A denominação “Jovens Turcos” é em referência aos oficiais da Turquia de Mustafá Kemal que tentaram a modernização do atrasado exército turco. Além disso, o movimento é derivado da junção da jovem oficialidade que volta da Alemanha com a “Missão Nativa”, oficiais que tentaram movimentos reformistas sem, no entanto, sair do país.

<sup>27</sup> Sobre este assunto ver os trabalhos de RODRIGUES, Fernando da Silva. **Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946**. Tese. UFF, 2008. e MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1998.

A partir de 1915 a campanha encabeçada pelos editores de *A Defesa Nacional* conta com o apoio do então Ministro da pasta de Guerra General Caetano de Faria. A campanha atrai o concurso de Olavo Bilac, intelectual e poeta de renome brasileiro. O poeta se define como um nacionalista que quer que a sua pátria “*se orgulhe de sua história (...) que ela seja uma dessas grandes árvores de longas e profundas raízes, autônoma, soberana e com sua independência*”.<sup>28</sup> Bilac elabora uma série de discursos de fundo patriótico onde evoca a necessidade da junção da sociedade brasileira com o Exército Nacional “*laboratório de civismo (...) e energia nacional*”.<sup>29</sup> A campanha, que atrai a simpatia de setores da sociedade civil, apela enormemente ao sentimento patriótico e nacional. Através dos discursos de Bilac percebem-se objetivos claramente cívicos ao se evocar a relação entre Exército Nacional e formação da nação brasileira em caso muito similar ao processo argentino. Também aqui o Exército será identificado como condutor do patriotismo às classes incultas do país bem como aquele que promove a coesão nacional através do amor à pátria, eliminando os preconceitos e as especificidades regionais.

Tal sentido fica claro, por exemplo, em discurso de Bilac aos estudantes da faculdade de direito em São Paulo em outubro de 1915. Afirma Bilac:

O que é o serviço militar generalizado? É o triunfo completo da democracia, o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. É a educação cívica obrigatório; (...) as cidades estão cheias de ociosos (...) para esses rebotalhos da sociedade a caserna seria a salvação. A caserna é um filtro admirável em que os homens se depuram e apuram; dela saíam conscientes, dignos, brasileiros esses infelizes sem consciência, sem dignidade, sem pátria que constituem a massa amorfa e triste de nossa multidão.<sup>30</sup>

Bilac apela para o sentimento patriótico da elite brasileira. Ao discursar em universidades do centro-sul do país, sobretudo de direito e medicina, o poeta dirige-se aos locais onde se concentra os filhos das elites civis. Esta ação não é neutra: o poeta procura o apoio e a simpatia das elites dirigentes ao projeto nacional de transformar o Exército brasileiro em uma grande escola de civismo a fim de instruir nos rigores do patriotismo a multidão ignorante do país.

Tanto na Argentina quanto no Brasil a idéia de nação armada ou do soldado cidadão foram invocadas pelos defensores do serviço militar obrigatório. Para Bilac, por exemplo, “*empreenderemos*

28 Discurso em 30/03/1916 em Lisboa, na Academia de Ciências. IN Bilac, Olavo. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: LDN, 1917. P. 41

29 BILAC, op. cit. p. 138

30 BILAC, op. cit. p. 7

que o Exército seja o povo e o povo seja o Exército de modo que cada brasileiro se ufane do título de cidadão-soldado”<sup>31</sup>. Na vizinha Argentina discurso similar é encontrado: como já referido, em outubro de 1910 o Tenente Coronel Maligne escreveu que “*hoy, El ejercito es la nación*” e a conscrição obrigatória foi descrita, por um político, como o exército do sufrágio universal. O conceito de nação-armada e do povo em armas faz parte do ideário republicano que se desenvolveu na França e nos Estados Unidos ao final do século XVIII.<sup>32</sup> No Brasil estes conceitos passam a ser observados com a proclamação da República, em especial a idéia do serviço militar obrigatório. Não é a toa que a primeira lei do serviço militar obrigatório no Brasil foi baixada em 1874 por influencia da agitação republicana no seio da instituição armada após a Guerra do Paraguai.

No esforço de se cumprir a lei do serviço militar obrigatório de 1908 através do sorteio, funda-se em setembro de 1916 a Liga de Defesa Nacional, com o apoio de representantes civis, entre eles Ruy Barbosa, Rodrigues Alves, Pandiá Calógeras, Pedro Lessa, o senador Alfredo Ellis, o deputado Antonio Carlos e o próprio Bilac. De acordo com Bilac a defesa nacional ao qual alude o nome da Liga não requer o aspecto puramente militar: passa pela necessidade do ensino público, pela melhor qualidade de vida da população e pela melhoria das condições sociais. Existem três pontos essenciais para a Liga: a necessidade da instrução pública generalizada à população, a organização do trabalho e a instrução cívica através das instituições militares.

Embora defenda que a instrução cívica passe pela instituição militar, Bilac não se define como um militarista. Ele deixa esta posição clara em vários dos discursos realizados entre 1915 e 1916 e publicados em obra intitulada A Defesa Nacional. Segundo assegura Bilac

Quero ainda firmar que não sou militarista nem inimigo da paz, não quero que o Brasil se fortaleça para orgulhos e crueldades de guerra. Quero que ele seja disciplinado e forte não para atacar mas para aparelhar-se em constante defesa (...) de paz e patriotismo.<sup>33</sup>

Nesse sentido, embora Bilac defenda o aparelhamento do Exército e sua função primordial na defesa dos interesses do país – além de contribuir decisivamente no cenário interno para a consolidação do espírito cívico e patriótico do país – não enxerga o Exército como uma instituição profissional. Acentua que é necessário um exército nacional, mas não um “*exército propriamente profissional em toda a sua hierarquia desde o general até o soldado raso. Queremos um exército*

31 Ibid., p. 62

32 MCCANN, op. cit., p. 15

33 Ibid, p. 86

*democrático da Defesa Nacional*".<sup>34</sup>

Novamente aqui, como ocorreu em 1908, as classes médias urbanas irão se juntar aos militares a fim de transmitir não só seu ideal de classe, mas também a fim de combater o poder oligárquico que tanto mal causava ao país. Para Edgar Carone o surgimento de ligas nacionalistas são uma manobra da burguesia paulista que é incapaz de agir objetivamente. Aproveitando a campanha pelo sorteio Militar desencadeada pelos turcos e pelo ministro da guerra, a burguesia aproveita a campanha para gravitar em torno do tema do patriotismo como ideal de classe e como modelo para o reerguimento da nação. De acordo com Carone:

A ação de Olavo Bilac é imediatista e compreende-se dentro da retomada de uma consciência da necessidade de remodelação do exército; a burguesia é que vai dar a este movimento maior amplitude, na vã tentativa de identificar militarismo e civilismo, isto é, de chegar a realização de uma revolução burguesa pelos militares-civilistas.<sup>35</sup>

Para McCann a associação com os militares ajudaria a classe média a tomar o poder por meios pacíficos: "*A nação, isto é, o povo renovado sob a liderança da classe média, seria o exército e o exército reformado, reestruturado, reorientado, seria a Nação*".<sup>36</sup> A idéia não era de um simples golpe militar, mas sim de uma ação inserida no próprio contexto da nação armada.

A análise faz sentido quando se confrontam trechos dos discursos de Bilac onde o poeta discute a necessidade de educar, higienizar e melhorar a qualidade de vida da população em geral. Além disso, sendo o Brasil "*um país novo, agitado por um confuso e melindroso labor de formação (...) pobre de coesão e pobre de culto patriótico*" é necessário celebrar "*a tradição do heroísmo que nos deu respeito e brilho na fase épica do império*". Para Carone, Bilac traduz conscientemente o amalgama de aspirações burguesas e militarismo em seus discursos.<sup>37</sup> A própria definição de pátria, para Bilac, sintetiza isto: "*O que é pátria? É a paridade de gostos e de costumes, comunidade de língua, coesão de leis, identidade de condições físicas e morais*".<sup>38</sup>

É interessante aqui notar como se utilizam conceitos como *pátria e nação*. Quando se fala na defesa do território invoca-se sempre a pátria. A pátria é o vocábulo que designa o território utilizado sempre, quando se fala na relação militar-civil, e quando se invoca os aspectos conscientes e

34 BILAC, op. cit., p. 138

35 CARONE, Edgard. **A República Velha: instituições e classes sociais**. São Paulo: DIFEL, 1970. p. 162

36 MCCANN, op. cit., p. 40

37 CARONE, op. cit., p. 163

38 BILAC, op. cit. p. 135

inconscientes da ligação com o território. Tamar Herzog refere que existe uma diferença entre pátria e nação: a pátria seria o ente pré-moderno, onde uma população local se identifica com um espaço geográfico delimitado. A pátria, portanto, se liga muito mais a questão do território e da ligação com sentimento de pertença de uma comunidade com o mesmo. De acordo com Herzog

Nesse tipo de comunidade não era necessário inventar, nem imaginar nada porque todos os membros se conheciam pessoalmente e partilhavam características que os transformavam em uma única unidade. (...) por isso [a pátria] era tão natural quanto pré-moderna.<sup>39</sup>

Por outro lado a Nação acaba por abranger tanto um espaço geográfico maior quanto uma população maior. E, muitas vezes, heterogêneas. Por ser um espaço e um conceito muito mais abstrato do que a pátria, a idéia de nação deveria ser forjada buscando elementos em comum para unir esta grande população ao espaço geográfico - abstrato pelo seu tamanho e grandeza. Ao se referir ao território, aos sentimentos que dele emanam e da relação entre defesa e nacionalidade Bilac invoca a figura da *pátria*; ao categorizar o conjunto de aspectos positivos do Brasil o poeta invoca a *nação*. Assim “*todo homem pode ser um admirável homem, um admirável soldado, um admirável cidadão. O que é precioso é que todos os brasileiros sejam educados e o Brasil será uma das maiores, uma das mais formidáveis nações do mundo*”.<sup>40</sup>

Por sua vez, a Liga de Defesa Nacional restringe-se aos temas ligados ao nacionalismo e ao serviço militar obrigatório. Os elementos ideológicos do discurso são reflexo do pensamento e da ação burguesas enquanto o trabalho do serviço militar cabe aos militares. A temática muda de eixo quando o país passa pelos conflitos de classe, os movimentos operários e as greves do final da década de 1910. A atitude da burguesia se define contra estes movimentos e nega o direito reivindicatório dos grevistas. A Liga atua fervorosamente nas campanhas nacionalistas até 1924, embora exista ainda hoje instituição com o mesmo nome e que evoca a ligação com o passado e a fundação da Liga em 1916. Entre as ações da Liga figurou a edição de livros cívicos, inclusive um manual de educação moral e cívica a ser distribuído nas escolas escrito pelo próprio Bilac e por Henrique Maximiano Neto.

Por conseguinte, observa-se tanto na Argentina como no Brasil um movimento de caráter burguês relacionado as classes médias, com o objetivo de não só difundir o ideal burguês como

39 HERZOG, Tamar. Identidades modernas: Estado, comunidade e Nação no império Hispânico. IN JANCSÓ, István (ORG). **Brasil Formação do Estado e da Nação**. HUCITEC: São Paulo, 2003. p. 111

40 BILAC, op. cit., p. 133.

também a participação dos militares na formação da nacionalidade e dos sentimentos patrióticos. Em um primeiro momento as discussões focarão o aspecto educacional da instituição militar e a relação entre a nação armada e o soldado cidadão. Tais conceitos estão inseridos dentro da lógica republicana e democrática. Observa-se que em ambos os países o discurso foi utilizado de uma forma muito parecida além de ter conseqüências bastante similares. A instituição do sorteio militar como saída aos problemas de infra-estrutura e verbas relacionados com a grande massa de convocados fez com que, tanto no Brasil quanto na Argentina, os sorteados fossem das classes menos favorecidas.

Em relação as conseqüências, embora o sorteio militar não tenha atraído para as fileiras do Exército nacional brasileiro as classes mais abastadas, ele inegavelmente aumentou os efetivos anuais da instituição. Esse crescimento possibilitou que, em vinte anos, a força militar crescesse cerca de 200% em relação aos números observados nas décadas de 1910 e 1920. Embora alguns estudiosos discordem da relação existente entre efetivos e poder da instituição na sociedade, McCann acredita que, dificilmente, um exército de menores proporções, como aquele do início do século XX, poderia dar força aos sucessivos movimentos de 1930 e 1937.<sup>41</sup> Além disso, o aumento do efetivo tornou o Exército uma instituição mais presente em todos os estados da república, preparando terreno para o crescente envolvimento federal com os estados durante a década de 1930. As maiores guarnições passaram a se concentrar, a partir das reformas do Ministro da Guerra General Caetano de Faria nos estados que reuniam o maior poder político como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Desta forma o efetivo do Exército nacional superava, pela primeira vez desde o início da república, os efetivos das polícias militares estaduais, freqüentemente aliciadas pelas oligarquias locais. As reformas possibilitaram a Getúlio Vargas destruir o sistema da república velha nos primeiros anos de seu governo pós-1930.

Na Argentina, a principal conseqüência da relação entre a formação da nacionalidade e os laços patrióticos entre a sociedade e a instituição armada foi a criação de um sentimento muito específico de *casta*. Os militares, conscientes de sua missão cívica, formam um espírito de corpo que os irá distinguir de forma muito particular da sociedade civil além de inculcar-lhes uma missão social e política, qual seja, a responsabilidade de formar a alma nacional através do serviço militar. Para Rouquié o homem que entra para o Exército “no abrazó una profesión; entro en una orden donde fidelidad a normas no escritas hace las veces de votos”.<sup>42</sup> Além disso, juntamente com as leis da

41 MCCAN, op. cit. p. 52

42 ROUQUIÉ, op. cit. p. 100.

obrigatoriedade, o Exército argentino modifica profundamente a formação de oficiais centralizando sua formação em escolas específicas: um homem só poderia ser candidato a oficial se tivesse estudado na Escola Militar. Esta centralização tornava possível a transferência de um sistema próprio de valores aos oficiais de forma totalmente homogênea. Neste sentido, a profissionalização do corpo de oficiais foi o primeiro passo para a criação de um poder militar independente com projetos e objetivos próprios para a nação.

Por fim, o Exército argentino, agora profissional, se distinguia cada vez mais da sociedade civil não só em seus valores, mas também como uma instituição extremamente burocratizada. A partir de 1911, novos regulamentos são lançados e dizem respeito a promoção e mobilidade dos quadros de oficiais. Aliado a isto, a independência burocrática da instituição garante seu caráter político e forma o germe do que será, a partir da década de 1930, o poder militar na Argentina.

#### REFERÊNCIAS

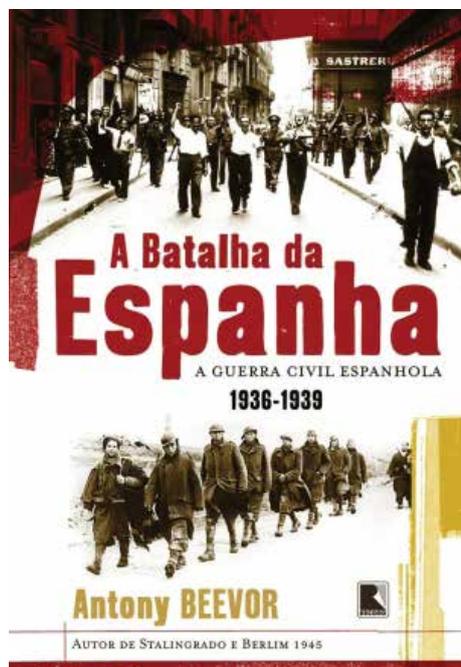
- BILAC, Olavo. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: LDN, 1917
- BLOCH, Marc. Para uma História Comparada das Sociedades Européias. In: **História e Historiadores. Textos reunidos por Etienne Bloch**. Lisboa: Teorema, 1998.
- CARONE, Edgard. **A República Velha: instituições e classes sociais**. São Paulo: DIFEL, 1970
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- DOMINGOS NETO, Manuel. Influência Estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930). IN ROUQUIÉ, Alain (org). **Os Partidos Militares no Brasil**. Record: Rio de Janeiro, 1980.
- HAYES, Robert. **Nação Armada. A Mística Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1991.
- HERZOG, Tamar. Identidades modernas: Estado, comunidade e Nação no império Hispânico. IN JANCSÓ, István (ORG). **Brasil Formação do Estado e da Nação**. HUCITEC: São Paulo, 2003
- KOCKA, Jürgen. Comparasion and Beyond. In: History and Theory. Volume 42, N. 1,

February 2003. p. 39-44

- MALAN, General Alfredo Souto. **Missão Militar Francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1988.
- MCCANN, Frank D. A influência estrangeira no Exército Brasileiro (1905-1945). IN Camargo, Aspásia (org). **Seminário da Revolução de 30**. Brasília: UNB, 1983. p. 213
- \_\_\_\_\_ . **A Nação Armada. Ensaios sobre a História do Exército Brasileiro**. Recife. Ed. Guararapes, 1982
- POTASH, Robert A. **El ejército y la política em La Argentina 1928-1945**. Editorial Sudamericana. Buenos Aires, 1981
- ROMERO Luis Alberto. **História Contemporânea da Argentina**. Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2006.
- ROUQUIÉ, Alain. **Poder Militar Y Sociedad política em La Argentina I (hasta 1943)**. Emece. Buenos Aires, 1979.



# Livro em Destaque



**BEEVOR, Antony. A Batalha da Espanha: A Guerra Civil Espanhola 1936-1939, Editora Record: Rio de Janeiro, 2007.**

Fruto de rigorosa pesquisa historiográfica e documental, incluindo a consulta aos arquivos recentemente abertos da antiga URSS, a obra relata e analisa o sangrento conflito entre os nacionalistas, liderados pelo general Franco, e os republicanos, enfraquecidos pelas disputas internas entre anarquistas e comunistas. Com agilidade narrativa, o autor aborda as origens da guerra civil e o seu desenvolvimento – desde a tentativa de golpe de estado em julho de 1936 até a derrota dos Republicanos, em 1939, após três anos de combates.

A obra foi publicada originalmente em 1982 e considerada uma referência sobre o assunto, no entanto, com a dissolução da URSS e a abertura de diversos arquivos russos, novos dados vieram à luz e Beevor, então, atualizou a edição espanhola, que possui mais de 900 páginas. O próprio autor elaborou uma edição condensada para publicação em outros países, que é esta disponível em língua portuguesa, traduzida por Maria Beatriz de Medina.

Um dos principais méritos do livro é escapar do maniqueísmo que, ao longo das últimas décadas, permeou as obras sobre a Guerra Civil Espanhola. Beevor trata, com notável nível de isenção, os diversos aspectos do conflito, desde suas origens até a implantação da ditadura do Generalíssimo Franco, incluindo: as contradições políticas republicanas; os crimes cometidos por ambos os lados; o desenrolar das operações militares; o envolvimento de nações estrangeiras e o emprego de novos armamentos, táticas e meios de propaganda.

Trata-se, sem dúvida, de uma excelente obra de referência, indicada para todos, historiadores ou não, que desejem conhecer um dos mais importantes conflitos do século XX.

Sobre o autor: Antony Beevor foi educado em Winchester e na Academia Militar de Sandhurst. Serviu como oficial regular no 11º Regimento de Hussardos e, depois de cinco anos, deixou a carreira militar para se tornar um dos mais renomados historiadores militares da atualidade. Entre suas obras destacam-se: “Berlim 1945: A queda” e “Stalingrado”.

**Ficha técnica:** ISBN: 8501075205 – 714 páginas – 1ª Edição.

**Preço médio:** R\$ 82,00





Revista Brasileira de  
**História  
Militar**

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.